

G IZ

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

DOSSIÊ

A nova agressividade
do imperialismo
impulsionada pelas
big techs

CULTURA

Uma literatura sem
vergonha: conversa
sobre as relações
entre produção literária
e erotismo

MEMÓRIA VIVA

Milton Santos, um
humanista à frente
de seu tempo; mestre
de sorriso largo e
elegância de alma

EDIÇÃO 04 ABRIL/2025
ISSN: 2525-6394



A GEOPOLÍTICA DA MENTIRA E DA DESTRUIÇÃO

SINPROSP **85** ANOS



DIRETOR
Celso Napolitano

COORDENADOR EDITORIAL
José Salvador Faro

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO
Ana Luisa Zaniboni Gomes

ASSISTENTE EDITORIAL
Karen Ramos - Jornalista responsável (0094586/SP)

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Alessandro De Toni

CONSELHO EDITORIAL

Daniel De Thomaz
Iberê Moreno Rosário e Barros
Madalena Guasco Peixoto
Maria Elizabeth Vespoli
Milena Buarque
Nancy Casagrande

Neusa Barbosa Bastos
Osvaldo Souza Santos
Patrícia Paixão
Sandra Caballero Chagas
Silvia Celeste Barbara
Thadeu Almeida

A REVISTA GIZ é uma publicação semestral do
Sindicato dos Professores de São Paulo. ISSN : 2525-6394
Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião do veículo.



Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino,
São Paulo, SP - CEP 04038-000



Aponte a câmera
do seu celular para o
QR code e acesse:
www.sinprosp.org.br



EDIÇÃO
ABRIL DE 2025

04

GIZ

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

COLABORADORES Quem contribuiu para a nossa
edição número 04. **Pág. 04**

EDITORIAL Seguimos alertas e resistentes.
CELSONAPOLITANO **Pág. 05**

NOSSA CAPA Mentira e destruição nas mãos do poder
global. J. S. FARO **Pág. 06**

DOSSIÊ A geopolítica da mentira e da destruição.
NATASHAMENEGUELLI **Pág. 08**

TRABALHO Reforma da reforma: o impacto das
mudanças do Ensino Médio da rede
privada em São Paulo.
MAYARAGREGORACCI **Pág. 16**

CULTURA Literatura sem vergonha.
KAREN RAMOS **Pág. 26**

Pedagogia da leitura: o professor como a
personificação do paradoxo para a formação
do leitor. NATASHAMENEGUELLI **Pág. 32**

TRABALHO Educação refém da ganância empresarial.
KAREN RAMOS **Pág. 40**

MEMÓRIA VIVA Milton Santos – um humanista à frente
de seu tempo. SILVIA BARBARA **Pág. 46**

SUMÁRIO

COLABORADORES

GILBERTO MARINGONI ▶

Doutor em História Social pela USP. Jornalista, cartunista e professor da UFABC.
Editoria Dossiê

CLEMARA BIDARRA ▶

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP. Professora da FAAP.
Editoria Cultura

NEUSA BARBOSA BASTOS ▶

Doutora em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela PUC-SP com pós-doutorado pela Universidade do Porto. Professora da PUC-SP, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e diretora do SinproSP.
Editoria Cultura

SILVIA BARBARA ▶

Professora de geografia e diretora do SinproSP.
Editoria Memória Viva

KAREN RAMOS ▶

Jornalista, especialista em Mídia, Informação e Cultura pelo Celacc/USP e assistente editorial da revista GIZ.
Editoria Educação



◀ POLLYANA FERRARI

Doutora em Comunicação Social pela USP. Jornalista e professora da PUC-SP.
Editoria Dossiê



◀ JOSÉ ARBEX JUNIOR

Doutor em História Social pela USP. Jornalista e professor da PUC-SP.
Editoria Dossiê



◀ ISSAAF KARHAWI

Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Jornalista e professora da ECA/USP.
Editoria Dossiê



◀ ELIANE ROBERT MORAES

Doutora em Filosofia pela USP com pós doutorado na Universidade Paris Nanterre. Professora da FFLCH-USP e crítica literária.
Editoria Cultura



◀ MAYARA GREGORACCI

Socióloga e mestre em História e Filosofia da Educação pela Unicamp. Professora no Ensino Médio Técnico (Senac-SP) e diretora do SinproSP.
Editoria Trabalho



◀ NANCY CASAGRANDE

Doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP com pós-Doutorado em Formação de Professores pela Universidade do Porto. É professora da PUC-SP.
Editoria Cultura



◀ NATASHA MENEGUELLI

Bacharel em Jornalismo pela PUC-SP. É jornalista no SinproSP.
Editoria Dossiê e Cultura



EDITORIAL

Sintonizada ao espírito deste nosso tempo, a Revista GIZ chega à quarta edição abalando certezas e estremecendo tradições. E é exatamente isso o que esperamos de uma publicação concebida por e para educadores: contribuir com reflexões de temas contemporâneos que nos tirem da zona de conforto e nos impulsione a novas formas de ler, ouvir e entender melhor o mundo.

Trata-se de uma época cada vez mais complexa e até difícil de decifrar, como bem relatam as convidadas e os convidados que nos deram a honra de compartilhar conosco seus estudos e suas reflexões no Dossiê “A nova agressividade do imperialismo impulsionada pelas big techs” produzido por Natasha Meneguelli: Gilberto Maringoni, Issaaf Karhawi, José Arbex Junior e Pollyana Ferrari.

Um tempo em que a educação, sequestrada no neoliberalismo, vira refém dos grandes grupos financeiros e passa a priorizar os lucros em detrimento de princípios pedagógicos, formação de qualidade e respeito profissional para com seu corpo docente. Uma das consequências, como destaca Karen Ramos nos artigos da editoria Trabalho, é a expansão dos cursos de EaD, sobretudo na rede particular de ensino, gerando baixa qualidade de formação, recursos didáticos precários e tendência a desregularizar conquistas de décadas nos acordos coletivos e convenções de trabalho de professores.

Assuntos ligados à leitura e à literatura também estão presentes nesta edição. Na editoria Educação, Natasha Meneguelli assina entrevista com professoras de Língua Portuguesa sobre o papel dos educadores e da escola na formação do

hábito de leitura dos alunos, já que o Brasil perdeu sete milhões de leitores nos últimos anos, segundo pesquisa de 2024. Na editoria Cultura, o artigo de Karen Ramos registra o dia em que a professora e escritora Eliane Robert Moraes nos brindou a todos com uma palestra na Casa Verde do Sindicato dos Professores sobre produção literária e erotismo, com mediação da professora Clemara Bidarra.

Por fim, ainda neste número da GIZ uma bonita e significativa homenagem a um dos maiores intelectuais brasileiros, o geógrafo Milton Santos, em artigo da professora Silvia Barbara para a sessão Memória Viva.

Em nome do SinproSP, agradeço a todos que se envolveram na organização e produção desta bela edição, em especial ao editor J.S. Faro, que concentra determinação, dedicação e outros predicados indispensáveis para o completo êxito de empreitadas editoriais como a GIZ.

Seguimos, colegas professoras e professores, com a maldição das guerras e a ameaça do autoritarismo sobre nossas cabeças e nossos corações. Seguimos com o fantasma da fome, das doenças, do desmatamento, da poluição de rios e mares, das imensas injustiças que permanecem por séculos e séculos e que empurram bilhões ao desespero, ao cansaço, à falta de esperança.

Mas seguimos alertas e resistentes. Porque quem se dedica a educar também sabe que é preciso, dentro do inverno, acreditar na primavera.

Boa leitura!

CELSONAPOLITANO, *Presidente do SinproSP*

NOSSA CAPA

“Eu anexaria os planetas, se pudesse... Sustento que somos a primeira raça do mundo e quanto mais do mundo habitarmos, tanto melhor será para a raça humana...”

CECIL RHODES (*)



© FOTOS REPRODUÇÃO

Cecil Rhodes (1854-1902) foi um dos principais formuladores do pensamento neocolonial, um conjunto de conceitos que justificou por mais de um século (e ainda hoje tenta justificar) a dominação de algumas nações sobre outras, sempre a partir do primado de um “direito natural” que lhes destinava a dominar o mundo por sua suposta superioridade étnica, técnica e moral. A distinção – que era observada empiricamente pelas diferenças que distinguem os países mais ricos (as oficinas do mundo) dos mais pobres (os produtores de bens primários) – acabava por gerar a estigmatização racial que justificava a colonização das mais fracas pelas mais fortes.

Muitas nuances podem ser observadas nessa simplificação. Uma delas – talvez a que mais legitimava o neocolonialismo – era a aceitação, pelos próprios coloniza-

dos, da ‘superioridade’ do colonizador, de tal maneira que a opressão e a perda da sua liberdade eram vistas pelas vítimas disso como uma “dádiva” e, pelos colonizadores, como um “destino” a ser cumprido, como o próprio Rhodes insistia em sua argumentação (*).

É desse sentido que emerge o axioma mais profundo sobre o qual repousa o argumento da geopolítica da destruição que ainda hoje vemos implementada na história recente e que acaba se tornando uma doutrina das políticas externas das nações imperiais (ou imperialistas, para quem gosta de chamar a coisa pelo nome). Os exemplos são inúmeros e basta a referência ao gentílico que os identifica para perceber a extensão do fenômeno: vietnamitas, coreanos, croatas, curdos, armênios e, entre outros mais, judeus e palestinos. Cada um desses povos, organizados ou não em nações e/ou estados,

tem sobre suas costas o peso da ameaça neocolonial – quaisquer que sejam as formas ou os pretextos para essa ameaça: geográfica, étnica, religiosa, política...

A capa deste número da GIZ usa duas imagens sobrepostas para apontar aquele que é hoje possivelmente o mais agudo desses processos de dominação: o da guerra na faixa de Gaza, cuja população vem sendo dizimada impiedosamente e, agora, expulsa de seu território por Israel, um estado que tem algo parecido com uma “procuração” do imperialismo estadunidense para formar naquela região uma área ‘tampão’ para efeitos econômicos e militares. O pretexto é o do direito natural dos judeus à Palestina, mas a violência predatória com que Israel trata a questão mostra que isso não é mais que um eufemismo. É de um ministro israelense que integra o governo de Tel Aviv, a afirmação de que é “justificado e moral” deixar que 2 milhões de palestinos “morram de fome” em Gaza (leia aqui: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/08/05/ministro-israelense-diz-considerar-justificado-e-moral-deixar-que-2-milhoes-de-palestinos-morram-de-fome-em-gaza.ghtml>).

O cenário que a foto mostra como fundo, por seu lado, é o registro do que essa política representa: o êxodo e o deslocamento para lugar algum de uma população desterritorializada pela força militar e à beira do extermínio.

Essa segunda imagem constrói um outro sentido para o que está acontecendo no cenário internacional nos dias que correm: a sincronia de gestos entre dois tempos e uma só intenção – a saudação nazista de Hitler nos anos 30 do século XX com a saudação nazista de Elon Musk, o principal ministro e ideólogo de Donald Trump, o novo presidente dos EUA, em plena terceira década do século XXI.

Há aqui, no entanto, uma sutileza representada pelo fato de que Musk não dirige nação alguma e não comanda tropas: é um funcionário apátrida do capitalismo. O que o faz poderoso é essa nova forma de controle político e ideológico sobre a qual ele montou um outro tipo de império: o das big techs, aliadas da modernidade no processo de um recém-neocolonialismo fundado na manipulação digital da realidade e na sua transformação em mentira – como uma outra verdade indisponível nos fatos mas incorporada na percepção do cotidiano.

Chega a ser assustadora a ideia de que essa apropriação da vida vivida é acompanhada pela apropriação da vida percebida e cognitiva através de empresas que

transformam o espaço virtual em instrumento de controle sobre o que pode ser lido, visto, estudado e acreditado como verdade, embora não se possa assegurar que o sejam. Esse intrincado de significados entre duas formas de poder expressas na capa da GIZ, e que são simultaneamente exercidas em dois territórios que ocupam camadas distintas do real, é o que nos parece constituir a complexidade destes tempos de agora.

Não há uma única esfera da nossa existência que escape às intervenções dessas duas camadas. A Educação tem que ser pensada nesse contexto – ou nem será Educação e nem seremos professoras e professores se não usarmos o aprendizado e a denúncia desse conflito como força pedagógica e como resistência.

JOSÉ SALVADOR FARO
Coordenador editorial

LEITURAS AMPLIADAS:

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: Educação e Emancipação. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003

FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. São Paulo: Companhia das Letras 2008

HOBBSAWM, E. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2009

HOBBSAWM, E. A Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

WEINBERG, A. K. Destino manifesto. Buenos Aires: Paidós, 1968

TEXTOS DISPONÍVEIS NA INTERNET:

Palestinos, judeus, armênios e mais: a limpeza étnica que mancha a história do mundo, Enrico Franceschini, IHU (2025). Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/648376-palestinos-judeus-armenios-e-mais-a-limpeza-etnica-que-mancha-a-historia-do-mundo>.

‘Limpeza étnica’, ‘desarranjo na geopolítica’: comentaristas e pesquisadores analisam fala de Trump sobre assumir Faixa de Gaza, G1 (2025). Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/02/05/trump-declaracao-faixa-de-gaza-repercussao-analistas.ghtml>.

(*) Leo Huberman, *História da Riqueza do Homem*. Edição on-line disponível em <https://is.gd/pwEnJh>

Geopolítica da mentira e da destruição



Em análise sobre o imperialismo estadunidense e sua relação com a indústria de desinformação e os interesses das gigantes de tecnologia, quatro estudiosos – Pollyana Ferrari¹, José Arbex Junior², Issaaf Karhawi³ e Gilberto Maringoni⁴ – debatem suas percepções sobre a Guerra Cognitiva e a mudança nas relações de poder em nível global.

Por NATASHA MENEGUELLI

“O verdadeiro campo de batalha do século XXI não é o local, do terreno. E sim o cérebro humano”. José Arbex Junior, jornalista, doutor em História Social pela USP, escritor e professor do departamento de jornalismo da PUC-SP, cita um relatório da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), de 2022, que define o termo “Guerra Cognitiva”. Uma forma não convencional de conflito, que se utiliza de ferramentas cibernéticas para alterar processos cognitivos do inimigo, explorar vieses mentais e provocar distorções de pen-

samento, influenciando na tomada de decisões e dificultando ações, seja no plano individual ou coletivo, é apontado como um dos grandes perigos do século. O próprio documento, de François du Cluzel, tenente-coronel aposentado do exército francês e chefe do departamento de Inovação e Empreendedorismo do Instituto Superior de Aeronáutica e Espaço da França, aponta que a Guerra Cognitiva “causa um desafio insidioso, interrompe a compreensão e as reações comuns aos eventos, de forma gradual e sutil, com efeitos nocivos significativos ao longo do tempo”.

1. Pollyana Ferrari Teixeira: jornalista e professora da PUC-SP. Doutora em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Comunidata. Atua como pesquisadora nas seguintes áreas: jornalismo de dados, narrativa transmídia, fact-checking e social media.

2. José Arbex Júnior: jornalista e professor da PUC-SP, doutor em História Social pela USP. Como jornalista profissional, foi correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Nova York e Moscou, quando cobriu eventos internacionais de grande importância, incluindo a queda do Muro de Berlim, a Primavera de Pequim, a retirada soviética do Afeganistão e o desenvolvimento da perestroika, entre outros.

3. Issaaf Santos Karhawi: jornalista e professora da USP. Doutora em Ciências da Comunicação também pela ECA-USP. Atua como coor-

denadora do GP Tecnologias e Culturas Digitais da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e como Líder Regional da América do Sul da rede de pesquisa TikTok Cultures Research Network. Também é pesquisadora em comunicação digital no Grupo de Pesquisa em Comunicação e Mídias Digitais, o COM+, da ECA-USP.

4. Gilberto Maringoni (mediação): jornalista, cartunista e professor universitário, doutor em História Social pela FFLCH-USP. É professor de Relações Internacionais da UFABC, tendo lecionado também na Faculdade Cásper Líbero e na Unifesp. Tem experiência na área de História, com ênfase em América Latina contemporânea, História da imprensa e História do Brasil Império. Tem estudos focados nos temas: relações internacionais, modelos de desenvolvimento e comunicações.

Para Arbex, as influências que incidem sobre as pessoas, de manipulação das suas percepções e na criação de consenso, são feitas mediante o uso das redes sociais e de outros instrumentos digitais e de comunicação. “Claro que vai continuar tendo sangue, vai continuar tendo tanque de guerra, mísseis, tiro. Mas o que está em disputa é o cérebro das pessoas”.

Pollyana Ferrari, jornalista, doutora em Comunicação Social pela USP e também professora do departamento de jornalismo da PUC-SP, afirma que é possível perceber que há em curso um projeto de manipulação da população, que se iniciou 12 anos atrás. Ela lembra o ano de 2013, bastante emblemático para o Brasil e para o mundo, quando uma série de manifestações, conhecidas como Jornadas de Junho, ocorreram simultaneamente em todo o país. “Não era só pelo aumento da tarifa. Foi muito maior. Teve inclusive todo aquele vazamento do Snowden, as provas de que os Estados Unidos monitoravam o mundo e, ao mesmo tempo, a indústria da desinformação”.

A professora também é coordenadora do grupo de pesquisa Comunidata, da PUC-SP, e faz parte da Rede Nacional de Combate à Desinformação, e cita o livro “Nexus: Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial”, de Yuval Noah Harari, que relata uma entrevista com Larry Page, feita por um jornalista da revista Wired, em que o cofundador do Google afirma que as redes sociais são ferramentas para captura de dados, item necessário para o desenvolvimento da inteligência artificial. “O que eu quero dizer com isso? Que, desde 2013, a gente ficou usando as redes sociais, que pertencem a empresas que têm dono, a maior parte homens brancos, californianos, e nós compramos o discurso deles. Mas, por exemplo, por que o Jeff Bezos, da Amazon, compra o jornal The Washington Post? Por que ele está preocupado ou gosta de jornalismo? Não, foi para usar toda a base de dados históricas do jornal para abastecer a IA dele”, completa Pollyana.

Issaaf Karhawi, professora doutora da ECA-USP e coordenadora do grupo de pesquisa Tecnologias e Culturas Digitais da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), menciona o vídeo de pronunciamento de Mark Zuckerberg, de sete de janeiro de 2025, em que ele afirma ser “a hora de voltar às nossas raízes”, referindo-se às políticas de moderação de conteúdo e normas de governança das redes sociais da Meta, que incluem Facebook, Instagram e Whatsapp. “Há uma ideia de passado idealizado das redes sociais, de quando elas nascem, do entusiasmo e de uma cultura participativa, em que o polo de produção foi liberado, aberto, democratizado”, diz a pesquisadora. “Mas há uma lógica algorítmica em operação. Mesmo dentro dessas plataformas que ele chama de participativas”.

A professora da ECA-USP também se refere ao encerramento das políticas de verificação de fatos destas plataformas, lembrando que apenas em 2016 o Facebook declarou que aquilo que aparece no feed dos seus usuários passa por um filtro anterior, dos algoritmos, que organiza, seleciona e ajusta o conteúdo. “A gente vive uma lógica de avalanche informativa. E se costuma usar uma expressão péssima, de que essas mídias dão voz às pessoas. Mas a verdade é que só se ‘dá voz’ para o que já se tem uma predisposição para ouvir”.

Para Issaaf, chega a ser cômico que Zuckerberg coloque os motivos das mudanças como uma retomada da liberdade de expressão enquanto desloca suas sedes da Califórnia para o Texas para que não haja um questionamento efetivo dos vieses de trabalho da Meta. A pesquisadora cita um livro de Cathy O’Neil, Algoritmos de Destruição em Massa, em que a autora, que é doutora em Matemática pela Universidade de Harvard e que fundou uma empresa de auditoria algorítmica, afirma que os algoritmos são opiniões embutidas em códigos e matemática. “A gente não consegue abrir essa caixa preta, entender como opera, mas a gente lida com a performatividade desses sistemas”, aponta a professora.

Para Pollyana Ferrari, o vídeo de Zuckerberg respondeu a algumas dúvidas, como, inclusive, dito pelo jornalista Eugênio Bucci, também professor da ECA-USP. “Ele escreveu um artigo, dois dias depois do vídeo de pronunciamento do dono da Meta, dizendo que se a gente tinha qualquer dúvida de que os donos da Amazon, Meta e Google são fascistas, isso acabou”. Pollyana explica que tanto esse vídeo quanto a presença dos donos das big techs na cerimônia de posse de Donald Trump deixam claro que há intencionalidade e objetivos em comum neste grupo. “Apesar de tudo, com a visão destes tempos sombrios que temos pela frente, acredito que a mudança vem pelas bordas. São elas que vão se rebelar, no sentido de luta”.

A professora aponta que, se “continuarmos anestesiados”, consumindo conteúdos das redes sociais sem questionamento, dormindo cada vez menos, conectados sem pausas, há uma perda inevitável de discernimento e de capacidade crítica. Ela lembra que o fluxo das plataformas faz com que a quantidade de informações, mesmo que verdadeiras, é tão contínuo que não há tempo de digerir aquilo que é lido, e que a desinformação e a inteligência artificial tornam o cenário ainda mais complexo e difícil. “Os influenciadores criados por IA não precisam de sindicato, não dormem, não recebem salário. É um mundo recriado e você começa a não perceber o que é real, a manipulação fica menos perceptível. Tudo está mapeado, e se a gente ficar cada vez mais bobo, aceitando tudo que vem, não vamos perceber o risco. É preciso encarar isso”.

Arbex concorda que, apesar de correremos um sério perigo, principalmente com o processo de esquecimento programado gerado por estas redes — como no caso do Golfo do México —, no médio e no longo prazo a tradição dos povos tem um peso significativo. “Laos, Vietnã, Camboja, Afeganistão, Iraque, Palestina, o que eles têm em comum? Povos com 5 milhões de história. Você não derrota um povo com 5 milhões de história. E Gaza está mostrando que é possível derrotar o imperialismo. Agora, isso vai custar o quê? Ninguém pode

ter ilusão sobre isso, que nós estamos entrando num processo que vai custar sangue, vai custar destruição”, defende o professor.

Ele explica que o imperialismo não vai aceitar perder a hegemonia mundial, mas que ele próprio enfrenta suas contradições, inclusive sobre aspectos que poucas pessoas percebem. “O Trump instrumentalizar as instituições estadunidenses e substituir lideranças por aquelas mais próximas a ele, promovendo expurgos mesmo dentro do exército, da CIA, é uma contradição brutal com a tradição do povo dos Estados Unidos”, defende Arbex. Para o professor, há um choque cultural profundo, inclusive na própria base de governo do presidente dos EUA.

Na sua análise, Arbex diz que é evidente que a economia estadunidense sofreu um abalo quando a China passou a disputar a hegemonia do mercado mundial e a produção de bens de consumo, já que as trocas de capitais passaram a não ser mais garantidas. “Nem mesmo o dólar tem a garantia de se manter como moeda fiduciária. A China iniciou um processo de ameaça deste papel do dólar, e o Trump deu uma declaração em que afirma que o dólar perder sua posição de moeda fiduciária equivale a perder uma guerra mundial, e que ele não admitiria isso em hipótese nenhuma”.

Arbex afirma que o problema do capital estadunidense hoje é agravado pelo cenário de conflitos internos do país, que resultam em aspectos como o congelamento do poder de compra dos trabalhadores, que aconteceu mesmo com toda a modernização e aumento de produtividade; e o mercado de comercialização do sangue, que é legalizado nos EUA e fonte de renda extra para a parcela da população que não consegue arcar com seu custo de vida.

“O mundo chegou em uma nova etapa, e há um desarranjo mundial, inclusive com risco de guerra civil dentro dos Estados Unidos. Este é um processo que vai reconfigurar o desenho geopolítico mundial, mas ninguém sabe onde vai dar”, conclui o professor.

DESINFORMAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

“No Brasil, nós saímos da TV aberta e fomos para as redes sociais. Somos um país com um dos maiores tempos de uso de redes sociais no mundo, e com o streaming, as pessoas ainda podem passar o tempo delas assistindo séries, produções gravadas. E com índices baixos de interpretação, o brasileiro ainda é facilmente manipulado. Além da instrumentalização do cansaço”, explica Pollyana Ferrari.

A professora conta que, na sua pesquisa, foi possível constatar que as redes sociais estafam as pessoas, que param para “dar uma olhadinha” no celular e acabam passando horas nos aplicativos, e que a memória do que foi visto neste período todo é pequena. Pollyana ainda faz parte das comissões de regulamentação das redes, inclusive da conhecida como PL das Fake News, e conta que o lobby é fortíssimo. “É um lobby que vai deputado por deputado, sala por sala, é muito pesado. Quando tivemos a primeira votação, o Google chegou até a alterar os resultados de busca em favor dela e das outras Big Techs”.

Ela enxerga um cenário complicado para 2026, com as eleições para a presidência, já que as discussões e debates sobre regulamentação e as ameaças das redes e grandes empresas de tecnologia ainda são limitados. “Eu acho que estamos bem lascados, mais do que Europa, que Portugal, que os países do continente africano. Porque o tempo de uso das redes deles é menor. Tem brasileiro que passa mais de dez horas por dia em redes sociais, em um país desse tamanho”, conclui.

Issaaf Karhawi, que estuda influenciadores digitais, relata que, enquanto as discussões sobre regulamentação aconteciam, influenciadores do Youtube foram convocados para conversas com a empresa. “E que conversas eram essas, né? Que objetivos essas conversas tinham? Quando saíram delas, como produziram os seus vídeos? Esta questão se organiza pela lógica das plataformas, em certa medida, e este é um contexto em que, do meu ponto de vista, se eliminou qualquer possibilidade de debate público, até pelas bolhas que se criaram no ecossistema midiático”.

Karhawi complementa dizendo que também há um cenário de calamidade, que é a platformização do jornalismo. “Não existe mais valor notícia, um jornalismo pensado para a defesa da esfera pública. Tudo

funciona para atender a lógica de uma economia da atenção, qualquer coisa que gere like, comentário. E é preciso discutir o valor do jornalismo que é feito, inclusive para a manutenção mínima da democracia”, defende Issaaf.

Ferrari cita o caso de um jornal italiano, o primeiro a ser feito totalmente por Inteligência Artificial. “É um veículo conservador, de direita, e o editor chegou a declarar que nem mesmo as fontes, entrevistar pessoas, é necessário”. A professora acompanha a indústria da desinformação desde a eleição de 2016 nos EUA, primeiro mandato de Trump. “Eu achava que era mais cerceado na política, mas a desinformação está em todos os lugares, inclusive na saúde, como vimos na pandemia”.

Para José Arbex, o povo brasileiro precisa participar da discussão, e pensar em como falar com a população como um todo é essencial, mas com os cuidados sobre aquilo que é prioridade e que se aproxima da realidade deste público. “Na periferia é mais difícil discutir direitos autorais, fake news em si, porque isso é abstrato. Agora, se você for explicar o motivo de o Facebook dar total visibilidade para a cadeirada e não para as necessidades quanto à escola pública, saneamento básico, etc, aí todo mundo entende”.

Ele defende que este é um diálogo que levaria poucos minutos, e que é possível ensinar os jovens a mudar sua atitude: ao invés de perder tempo nas redes sociais, pode sentar na frente do computador e usar estas mesmas redes para fazer uma comunicação útil para a comunidade na qual vive. Que o ponto de partida são as necessidades básicas de subsistência, de poder viver dignamente.

Karhawi recorda a escrita de Ailton Krenak: “ele fala, em uma de suas obras, que há um discurso que se vende, de que o mundo vai acabar, o que nos coloca num lugar de não questionar, não pensar saídas, porque o fim está chegando, e cada um salva a si mesmo, vai para o seu próprio bunker. Mas ele termina de uma forma muito esperançosa, de que é possível mobilizar por saídas coletivas”.

LEITURA AMPLIADA

Textos selecionados. Disponível em: <https://tinyurl.com/yvr638hb>.



© CHRISTIAN WERSTEN/REPRODUÇÃO

GILBERTO MARINGONI, MEDIADOR DO DEBATE

Regulamentação despolitizada das redes sociais?

“Qual é o combate que nós estamos fazendo aqui no Brasil, em relação ao poder das Big Techs? A esse poder desmedido?”, questiona Gilberto Maringoni de Oliveira. Cartunista, jornalista e professor universitário pela UFABC, ele afirma que a tentativa de regulamentação está sendo feita de uma maneira incisiva, porém despolitizada. Ele lembra do caso em que o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a suspensão do X, por conta de a empresa de tecnologia não cumprir ordens judiciais anteriores nem pagar multas devidas.

“

Ele se tornou o demônio do Elon Musk por conta disso, e continua tentando enquadrar as Big Techs. Mas a questão foi judicializada, retirada do debate público, da mobilização, do convencimento”, diz Maringoni. Para ele, a regulamentação foi transformada, para o público geral, em uma disputa entre dois personagens, que não envolve a sociedade.

Atualmente, a conhecida como “PL das Fake News”, projeto de lei que prometia regulamentar as redes sociais no Brasil. Atualmente, no Congresso Nacional, tramitam 159 projetos de lei que abordam algum grau de regulamentação, mas sem muitas definições.

Demais intervenções do professor Maringoni, mediador do debate, estão disponíveis no vídeo.



[CONFIRA O DEBATE NA ÍNTEGRA](#)



_trabalho

Reforma da Reforma - O impacto das mudanças do Ensino Médio da rede privada em São Paulo

Por MAYARA GREGORACCI DOS SANTOS
Professora e diretora do SINPRO-SP

Com o objetivo de apresentar e discutir o tema da Reforma do Ensino Médio conduzida nos últimos anos pelo governo federal, junto a renomados especialistas da política educacional, abordando os desafios e possibilidades das reformas, em especial a que ocorreu em 2017 em âmbito federal¹, o SINPRO-SP organizou um seminário virtual² intitulado “Reforma da Reforma: O impacto da reforma do Ensino Médio da rede privada em São Paulo” junto a uma pesquisa direcionada ao impacto das reformas no trabalho docente para uma conversa com a categoria.

O encontro virtual realizado foi uma ação especial do “Mês das Professoras e Professores” de 2024, que convidou o professorado para uma roda de conversa sobre “a reforma da reforma” implementada pelo governo

Lula da Silva no ano vigente. O encontro foi realizado em parceria com os professores e pesquisadores Fernando Cassio³ e Cesar Callegari⁴, especialistas em educação, na oportunidade em que pude mediar e conduzir a mesa juntamente à professora e diretora Sandra Caballero.

Quanto à pesquisa qualitativa realizada de maneira online com os docentes, contou com questões relativas ao tema sobre problemáticas e expectativas da reforma, e mostrou que houve efeitos relevantes no ensino privado se tratando das mudanças no cotidiano docente e na grade curricular do ensino médio, bem como sobre os métodos pedagógicos, tendo gerado prejuízos ao contexto escolar e na formação dos estudantes em alguma medida, o que pretendemos abordar brevemente neste artigo e nas próximas ações e seminários do SINPRO-SP.

1. Se trata da implementação do “Novo Ensino Médio”, realizada em 2017 pelo governo Temer. A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio e posteriormente a “reformulação” da reforma original, realizada pelo governo Lula recentemente, em 2024.

2. O seminário virtual foi transmitido ao vivo em outubro de 2024.
3. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Possui bacharelado em Ciências Moleculares pela Universidade de São Paulo (2006), além de bacharelado (2006) e licenciatura (2011) em Química e doutorado em Ciências (Química) pela Universidade de São Paulo (2011), bem como experiência docente na Educação Básica. Foi professor da Universidade Federal do ABC (2014-2023). Participa da Rede Escola Pública e Universidade (REPU) e do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Integra o comitê editorial da revista “Educação e Pesquisa” e colabora regularmente com diversos veículos de imprensa. Seus principais interesses de pesquisa incluem: políticas educacionais, desigualdades educacionais e Direito à Educação, com ênfase em políticas curriculares, educação baseada em evidências, gerencialismo e financeirização da educação. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6880813/fernando-luiz-cassio-silva>

4. Sociólogo, educador e consultor educacional. É Presidente do Conselho Nacional de Educação, membro da Câmara de Educação Básica. No CNE, já atuou por 3 mandatos anteriores, tendo presidido a Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Foi Secretário de Educação Básica do MEC e Secretário de Educação do Município de São Paulo; Diretor da Faculdade SESI-SP de Educação; Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e Secretário Estadual Adjunto da Cultura de São Paulo, entre outros cargos ocupados. É autor de vários livros e trabalhos publicados sobre educação pública. Disponível em: <https://cesarcallegari.com.br/>

O SEMINÁRIO VIRTUAL: UMA CONVERSA SOBRE A REFORMA

O seminário “Reforma da Reforma: o impacto da reforma do Ensino Médio da rede privada de São Paulo” foi uma conversa virtual realizada pela diretoria sindical por meio da plataforma Zoom, em que se pretendeu analisar e avaliar coletiva e criticamente sobre como as mudanças afetaram o ensino médio em sua proposta curricular e organizacional do ensino básico de modo geral e no cotidiano do trabalho docente, com foco especial na rede privada de São Paulo.

Abordando as mudanças, diretrizes e desafios do início da reforma as quais foram posteriormente reformuladas pelas alterações do governo Lula em 2024 na Lei nº 14.945/2024⁵, na análise dos participantes e na ideia de trazer o debate em torno dos conteúdos de ambas propostas, houve um comparativo que avaliou o arsenal político mobilizado pelos governos e articulações dos setores progressistas e conservadores ao tratar das questões pedagógicas, as relacionadas do trabalho docente e de temas diversos sobre a função da escola e a formação da juventude.

Neste sentido, diversas mudanças e revisões foram analisadas no seminário virtual, especialmente as ocorridas nos últimos oito anos no país, e de modo muito proveitoso, se levantou questões para a reflexão em torno do que se espera para o a formação do ensino médio e como este vem sendo atacado por projetos políticos afastados da sociedade civil e que amplia a desigualdade de acesso ao ensino.

Quanto aos pontos abordados no seminário, destaca-se a carga horária geral. A reforma de 2017 passou a definir um total de 1.800 horas para a formação básica, direcionando 1.200 horas para os itinerários formativos (estes criticados por serem “mal aplicados” pelas escolas por falta de recursos, esvaziamento de conteúdo ou estrutura disponível para tal) - diretriz que foi revertida em 2024 - em que se manteve a formação geral básica em 2.400 horas somados os três anos do ensino médio, para estudantes que não optarem pelo ensino técnico. Este foi um tópico de intenso debate na primeira aprovação, em que Mendonça Filho, ministro da Educação, enviou a reforma por meio de uma Medida Provisória⁶ ao Congresso.

Cabe lembrar que o projeto original da reforma do ensino médio, o Projeto de Lei nº 6840 que alterava a

lei nº 9.394, tramitava desde 2013 no Congresso, tendo sido elaborado por uma comissão especial presidida pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a qual foi criada a fim de promover estudos e proposições para a reformulação do ensino, o qual teria como pressuposto ser discutido e votado no período que se estendeu durante o governo Dilma Roussef.

Algumas mudanças importantes no atual projeto (2024) gerou a sensação de alguns ganhos, porém, com a manutenção das perdas provenientes da reforma, agora sob tutela do atual ministro da educação Camilo Santana, que retornou a carga geral básica para 2400 horas. Porém, apesar da vitória pela carga máxima para a formação científica e intelectual (propedêutica), foi considerada uma perda para a formação que o técnico-profissionalizante não manteve a condição, podendo ele permanecer em 1800 horas (podendo chegar a 2100 horas).

Fator que pode se constituir num esvaziamento do ensino e configurar-se como instrumento de fragmentação escolar, segmentação de classe e o acesso ao conhecimento, conforme debate presente na cisão entre a formação para o mercado - o ensino “técnico-profissional” - e a direcionada para o ensino intelectual - o “científico” - voltado para o ensino superior. Cabe resgatar aqui a perspectiva da dualidade estrutural do Ensino Médio, debate muito presente na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de 1996), em que se disputava um ensino médio com objetivo de formar a juventude para o mercado (mão-de-obra) e noutra perspectiva, para uma formação de caráter geral e intelectual⁷ (Kuenzer, 2007).

Embora a última reforma em seus dois formatos, o original e o “reformulado”, tenham afetado de maneira direta a rede pública de ensino, mais fragilizada estruturalmente e à mercê das políticas de Estado⁸, o ensino privado não ficou de fora das consequências das mudanças. Gestores da rede particular articularam propostas que atingiram todos os níveis de ensino, do básico comum ao técnico-profissionalizante, aos empresariais e as variações existentes, adaptando a reforma ao seu modo e método, em que pese a diversidade exponencial de sistemas de ensino no setor privado (atingindo desde instituições conteudistas tradicionais, às de métodos alternativos, religiosas, militaristas e outras).



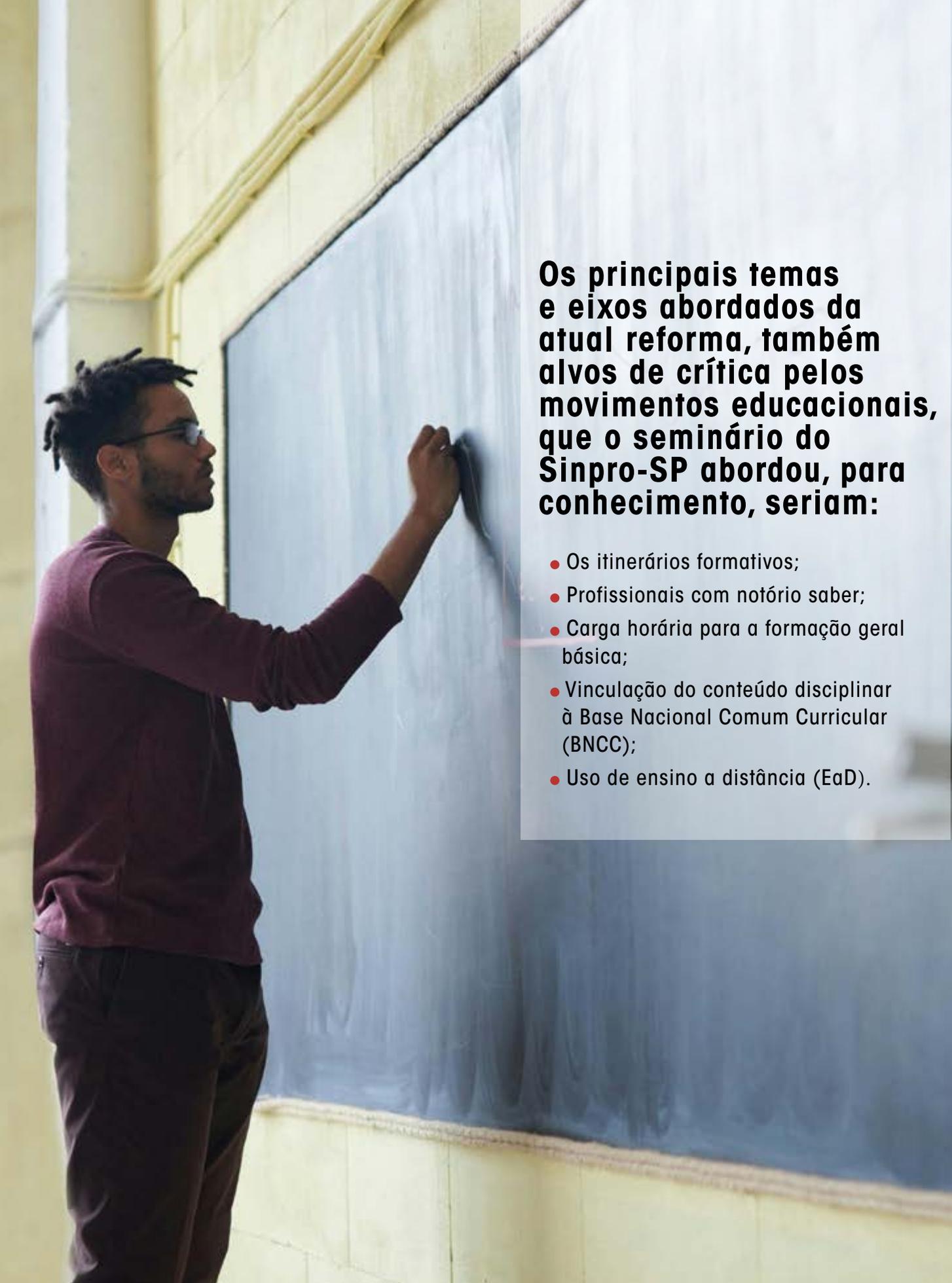
5. A Câmara dos Deputados aprovou uma nova reforma do ensino médio em 2023, ou seja, uma “reforma da reforma” alterando alguns pontos da lei em vigor desde 2017 (Lei 13.415/17) pelo governo Michel Temer após Golpe de 2016 contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, que até então não havia assinado o PL em tramitação. De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei 5230/23 foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, o deputado Mendonça Filho (União-PE). ANDES. Reforma da reforma não dá! Câmara aprova mudanças no Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/reforma-da-reforma-nao-da-camara-aprova-mudancas-no-novo-ensino-medio1>, 2024.

6. Mendonça Filho (DEM) tem um longo histórico de críticas a sua atuação parlamentar. Foi ministro da educação durante o governo Temer, tendo sido apontado negativamente ao atingir o ensino médio através de uma Medida Provisória, considerada arbitrária e “a toque de caixa” para beneficiar grupos econômicos e seus aliados, o que gerou um grande mal-estar na base dos movimentos sociais que reivindicavam um debate qualitativo acerca da educação nacional e seus rumos. Fato que culminou no que foi considerado um profundo desrespeito ao Congresso Nacional, aos educandos, aos

educadores e às famílias que não tiveram oportunidade de participar do debate sobre a Reforma.

7. Na dicotomia entre uma educação de caráter profissionalizante, com os princípios e valores de mercado e uma “intelectualizada”, o que fomentou uma dualidade estrutural no sistema educacional, conforme destacou a autora, quanto na proposição de governos pautados em políticas educacionais orientadas para a máxima eficiência, adaptabilidade e produtividade da pessoa em relação ao trabalho, com vistas à capacitação do sujeito para a modernização produtiva e instabilidade do mercado, afastando-se assim de uma formação científica, geral e intelectual propostas pelo ensino propedêutico. Temática a ser mais bem explorada em outro artigo.

8. Cabe lembrar que os movimentos educacionais e docentes no ensino público reivindicavam a revogação completa do “Novo Ensino Médio” de todos os governos desde a aprovação da Medida em 2017, pois consideram que o projeto prejudicou o ensino severamente na substituição de especialidades e conteúdos necessários à formação por matérias “optativas”, “eletivas” e de outras naturezas que não a científica curricular, afetando negativamente os estudantes da rede pública, estes já detentores de grandes desafios de acesso às universidades e de formação continuada.



Os principais temas e eixos abordados da atual reforma, também alvos de crítica pelos movimentos educacionais, que o seminário do Sinpro-SP abordou, para conhecimento, seriam:

- Os itinerários formativos;
- Profissionais com notório saber;
- Carga horária para a formação geral básica;
- Vinculação do conteúdo disciplinar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Uso de ensino a distância (EaD).

© PEXELS /FAUXELS

Contudo, apesar das críticas direcionadas às reformas, houve uma perspectiva de avanço nas poucas reivindicações atingidas em 2024 pelo campo progressista, porém, que não atendiam às reivindicações de maneira qualitativa, ficando estas à margem do que seria ideal para as reformas: incluir o professorado nos debates nacionais, acolher as demandas dos movimentos e sindicatos docentes, consultar a base estudantil, os especialistas e a sociedade civil de modo geral, e outros.; ou seja, levar em conta a opinião dos mais interessados em um Ensino Médio socialmente referenciado, de qualidade e pautado nas necessidades da juventude.

Quanto aos temas que continuam presentes na atual Lei, temos então a reduzida carga horária para a formação geral básica dos cursos técnico-profissionalizantes; o “notório saber” (criticado pela categoria por não prezar pela plena formação docente via as licenciaturas), que permaneceu como possibilidade para o ensino técnico-profissionalizante; os itinerários formativo com 4 possibilidades: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ou ciências humanas e sociais aplicadas; as disciplinas da formação geral básica que permanecem vinculadas à BNCC (ANDES, 2024). Com a ampliação desse cenário, abriu-se também espaço para a privatização da educação a partir da possibilidade de oferta de cursos técnico-profissionais por organizações privadas no modelo EaD.

CONSULTA AOS PROFESSORES: PESQUISA REALIZADA PELO SINPRO-SP.

Para além do seminário realizado e objetivando alcançar as opiniões e percepções do professorado quanto ao cenário da rede privada de ensino, uma pesquisa on-line foi organizada e aplicada por uma comissão de diretores do SINPRO-SP, sendo direcionada aos professores sindicalizados. A pesquisa objetivou entender os impactos das reformas nas escolas particu-

lares e adentrar a um campo ainda pouco analisado, na tentativa de compreender um pouco da realidade docente e de que modo fomos afetados objetivamente e subjetivamente pelas reformas.

Em relação à construção da pesquisa qualitativa-quantitativa com conteúdo e questões definidas pela comissão responsável pelo tema⁹, definiu-se as questões a serem realizadas visando obter as respostas dos docentes sobre como sentiam que a reforma havia modificado a sua realidade escolar ou o seu trabalho pedagógico. O resultado obtido contou com um total de 203 respostas que elucidaram sobre o atual momento no que diz respeito às propostas de alteração da reforma do EMED (de Temer em 2017) em concomitância com a que passa a valer a partir deste ano, com o projeto aprovado no governo Lula.

O resultado da pesquisa foi considerado positivo e com boa participação, tendo sido registrado e organizado pela comissão e sendo divulgado e debatido no seminário virtual. Ela mostrou que há uma grande curiosidade sobre o tema por parte dos docentes e trouxe diversos aspectos abordados pelos professores da rede privada, desde o excesso da carga de trabalho para manter a base curricular em tempo reduzido, a redução de aulas decorrente da alteração do currículo, a organização do ensino e outras problemáticas destacadas.

⁹ Foram realizadas diversas reuniões por membros da diretoria para definir ações orientadas ao tema e construídos diálogos fundamentais para a formação dos membros e do professorado a ser atingido.

SOBRE O SEMINÁRIO REALIZADO

Quando aos respondentes da pesquisa, estes foram em sua maioria mulheres (57,68%) e homens (40,66%), e outros não mencionados; professores do ensino médio da capital, sendo que a grande maioria que possui entre 10 e 20 anos na área educacional (76,25%). Quando questionado se os docentes se sentem informados sobre o tema, “parcialmente e não” prevaleceu, somando 60,63%, contra 39,38% dos que dizem estarem bem-informados sobre a Reforma. Em relação ao impacto da Reforma na escola em que trabalham, majoritariamente os professores disseram que “sim” (61,25%) ou “parcialmente” (25,62%), mostrando que é expressivo o impacto no das mudanças no setor privado.

Quanto à questão, “A Reforma do Ensino Médio alterou a forma como você desenvolve seu trabalho pedagógico?”, também foi amplamente afirmado que sim, por 72,50% do professorado, enquanto a questão sobre redução da carga horária devido à reforma (em sala de aula por conta da redução de disciplinas de sua especialidade/área), 51,88% afirmaram que “Não” e 48,13% que “Sim”. Respostas que mostraram um cenário de considerável impacto sobre o trabalho pedagógico e sobre a saúde física e mental dos docentes e o rendimento do professorado.

A Reforma do Ensino Médio alterou a forma como você desenvolve seu trabalho pedagógico?

72,50%
do professorado respondeu que sim

A pesquisa também obteve relatos dos problemas enfrentados pelos professores a partir de perguntas direcionadas em que pudessem compartilhar suas impressões do processo na sua realidade escolar¹⁰.

Quando perguntado aos docentes sobre “Quais aspectos negativos a Reforma do Ensino Médio trouxe para sua atividade docente?”, houve a seleção das seguintes afirmações, dentre as diversas enviadas:

“Acrescentei itinerários à minha carga horária para não perder aula e o trabalho para preparar esse conteúdo aumentou demais.”

“Acredito que aulas como português e matemática ficaram comprometidas com a reforma, pois diminuí a carga horária e entraram projetos. Hoje a base é leitura e interpretação em todos os segmentos, e isto deveria ser a premissa do ensino médio.”

“Para manter uma carga horária satisfatória tenho que ministrar aulas de vários componentes curriculares.”

“Eliminaram conteúdos de livros cobrados nos vestibulares, dividiram disciplinas e aumentou a carga de trabalho dos professores que têm que preparar mais aulas e materiais didáticos.”

“Acrescentei itinerários à minha carga horária para não perder aula e o trabalho para preparar esse conteúdo aumentou demais.”

“Trocou disciplinas consolidadas histórica e cientificamente por disciplinas soltas, sem contexto, desqualificadas e que não agregam ao estudante.”

“Sucateamento das disciplinas, redução de aulas, obrigatoriedade de cumprir com material extenso.”

“O que era para ser o aluno como protagonista, se fez o oposto, eles não têm interesse em gerar os conteúdos dispostos, tentam fazer tudo através da Inteligência Artificial. Na subdivisão de áreas, acabam escolhendo Ciências Humanas para fugir da Matemática, o que faz com que tenhamos alunos que não gostam da disciplina, e nem possui interesse em se aprofundar.”

“Plataformas, com pouco tempo para ensinar os conceitos estruturantes do currículo básico. Itinerários desconectados do currículo base.”

“Maiores demandas burocráticas de atividades como projeto de vida e disciplinas eletivas (diários e planejamentos) e pouca orientação e experiência a respeito do que se poderia desenvolver (na prática, tornou-se uma aula convencional com temas diversos) e maior volume de tempo para elaborar e avaliar trabalhos dessas disciplinas.”

“O principal revés foi retirar conteúdo do ensino regular e colocas nos chamados itinerários. Agora eu dou duas frentes em cada turma (preparar o dobro provas, corrigir o dobro de provas), mas com a mesma carga horária e salário.”

“Ampliação do abismo entre as escolas públicas e privadas.”

10. Os relatos estão com a identidade preservada para proteção trabalhista dos respondentes.

Já em relação às ideias e expectativas para o próximo período sobre a reformulação da Reforma do Ensino Médio (2024), quando perguntado se o/a professor/a possuía alguma expectativa ou contribuição sobre o tema, as falas a seguir apareceram em destaque:

“Os itinerários devem ter uma base teórica, não pode ficar a critério de cada profissional.”

“Ter mais tempo para planejamento e pesquisa para preparação das aulas.”

“Recompor a carga horária anterior à reforma e eliminar os itinerários.”

“Os coordenadores e professores das escolas deveriam elaborar a grade curricular levando em conta a necessidade de cada comunidade, sem a imposição de um currículo.”

“Manutenção das disciplinas de sociologia, filosofia e artes; manutenção de química, física e biologia. Além disso, retirada de Projeto de Vida pois assume uma posição individualista da condição de vida que tem origem social e histórica do estudante.”

“A partir do fato de que o vestibular brasileiro ainda avalia somente os conteúdos tradicionais, vejo que a reforma aumenta ainda mais o abismo existente entre escolas públicas e privadas. Dito isso, minha sugestão é voltar ao sistema de ensino tradicional.”

“Os professores devem ser consultados.”

“É preciso supervisionar as escolas, pois elas têm usado as aulas de itinerários como aulas extracurriculares e não colocam no pagamento fixo. Dessa forma, nos meses de férias e com relação ao 13º salário não pagam essa parte dos itinerários.”

“Tenho a sensação de carregar a escola nas costas. Muitos colegas estão doentes. O que está acontecendo? Estamos adoecendo.”

CONCLUSÕES PARCIAIS – UMA REFORMA (DES)NECESSÁRIA?

Nas percepções evidenciadas a partir da pesquisa e do importante seminário realizado, mostrou-se que, ao contrário do que se pode imaginar, a rede privada também foi bastante impactada pela reforma do ensino médio, destacando as críticas aos itinerários formativos esvaziados, com ‘novas disciplinas’ sem base e fundamentação teórica, a busca de uma diversidade “imposta” acerca da criação de currículos mais afastados dos conteúdos científicos, o sentimento de insatisfação do professorado com as mudanças trabalhistas e carga horária, dentre outras.

Neste sentido, é notória a ampliação de uma concepção mais voltados à lógica de mercado pelas reformas, com base numa burocracia produtivista imposta ao docente e do esvaziamento do ensino propedêutico e intelectual, com pouca relação com uma formação continuada e direcionada ao ensino superior, o que parece ser substituída por perspectivas imediatistas e distorcidas de formação, com fins para o mercado volúvel, ao “empreendedorismo” e outras vertentes financeiras, consideradas importantes, mas também foco de divergências e críticas por grande parcela dos profissionais da educação e dos movimentos educacionais.

Quanto aos atores políticos federativos, esses têm disputado o ensino e a formação de base continuamente, em que medidas políticas arbitrárias do empresariado quase sempre ditam as regras das políticas educacionais, ao invés de o Estado buscar se aproximar dos agentes da educação, da sociedade civil e da comunidade escolar, o que impede o debate amplo e democrático. Cabe destaque aos relatos referentes à carga horária e o excesso de trabalho docente, às pressões das gestões escolares e outros temas de suma importância para a continuidade do debate.

Concluimos assim, que o apoio às reivindicações e às mobilizações da categoria em relação ao tema são fundamentais para que se fortaleça a luta coletiva que se ressalte a importância do Ensino Médio e da formação básica, bem das reivindicações dos movimentos estudantis e sindicais que atuam nas esferas educacionais. Compartilhar

ideias, construir ações coletivas e formações políticas, como esta promovida pelo seminário do SINPRO-SP, são também formas de ampliar a organização de nossa categoria e no avanço nas nossas pautas.

Ainda temos um longo caminho a percorrer enquanto professores interessados num ensino de qualidade, na consolidação e ampliação dos direitos trabalhistas, em uma estrutura educacional com base democrática, alicerçada no compromisso com a sociedade civil em sua diversidade social, nos direitos humanos e em uma educação humanizada e socialmente referenciada, mas começamos a caminhar e não podemos retroceder no projeto educacional que queremos para o nosso país. Seguimos!

REFERÊNCIAS

ANDES. Reforma da reforma não dá! Câmara aprova mudanças no Novo Ensino Médio. Revista Universidade e Sociedade. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/reforma-da-reforma-nao-da-camara-aprova-mudancas-no-novo-ensino-medio1>, 2024.

BRASIL. LEI Nº 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023.

BRASIL. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

KUENZER, A. Z. Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SINPRO-SP. Live Ensino Médio: Reforma da Reforma. https://www.youtube.com/watch?v=qQ2GnPH_1Cs&ab_channel=SINPROSP

The image is a YouTube video thumbnail. On the left, the YouTube logo is visible. The main text reads "ENSINO MÉDIO: a reforma da reforma". Below this, it says "Com Cesar Callegari¹ Membro do Conselho Nacional de Educação e Fernando Cassio² Professor da USP". On the right side, there are two circular profile pictures: the top one is of Cesar Callegari, an older man with glasses, and the bottom one is of Fernando Cassio, a younger man with a beard. The Sinpro SP logo is in the top right corner.

_cultura



LITERATURA SEM VERGONHA

Em encontro no SinproSP, *Eliane Robert Moraes* reflete sobre a erótica – seu poder questionador, libertador e a sua banalização

Por KAREN RAMOS

FOTOS REPRODUÇÃO

Há um grande poder na arte de deslocar, desafiar e friccionar. Na literatura, as grandes explorações do natural, do corpo, do mundo, em contraste com os trabalhos da mente e o ato de fantasiar, são capazes de nos imergir na cena, nos provocar, nos inquietar e mobilizar o status quo no exercício da imaginação. Elas nos ensinam, afinal, o imenso poder da criação. Talvez seja um pouco disso que Eliane Robert Moraes provoca ao reunir obscenidades da literatura brasileira.

Eliane Robert Moraes é professora de literatura brasileira da USP e crítica literária. Iniciou sua trajetória acadêmica nos estudos sobre a mulher, investigando o imaginário erótico. Em 1984, ao lado de Sandra Maria Lapeiz, escreveu *O que é Pornografia* para a coleção *Primeiros Passos*. Desde então, dedica-se ao tema “desavergonhadamente”, sem medo das perguntas que suscita e das múltiplas questões que abre. “Se eu optei por trabalhar com esse tema, tenho que ser porosa ao que ele provoca”, afirma.

Foi Mário de Andrade o responsável por fazer a pesquisadora decidir “organizar a pornografia brasileira”. Depois de trabalhar anos com autores franceses, Eliane cruzou com um dos prefácios de *Macunaíma* escritos por Mário de Andrade em que, segundo ela, dizia haver no Brasil “uma pornografia desorganizada”. Foi quando decidiu mergulhar na erótica brasileira. Entre os livros, a professora publicou a *Antologia da poesia erótica brasileira* (2015), *O Corpo Descoberto - Contos eróticos brasileiros (1852-1922)* (2018), *Seleta erótica de Mário de Andrade* (2022) e *O Corpo Desvelado - Contos eróticos brasileiros (1922-2022)* (2023).

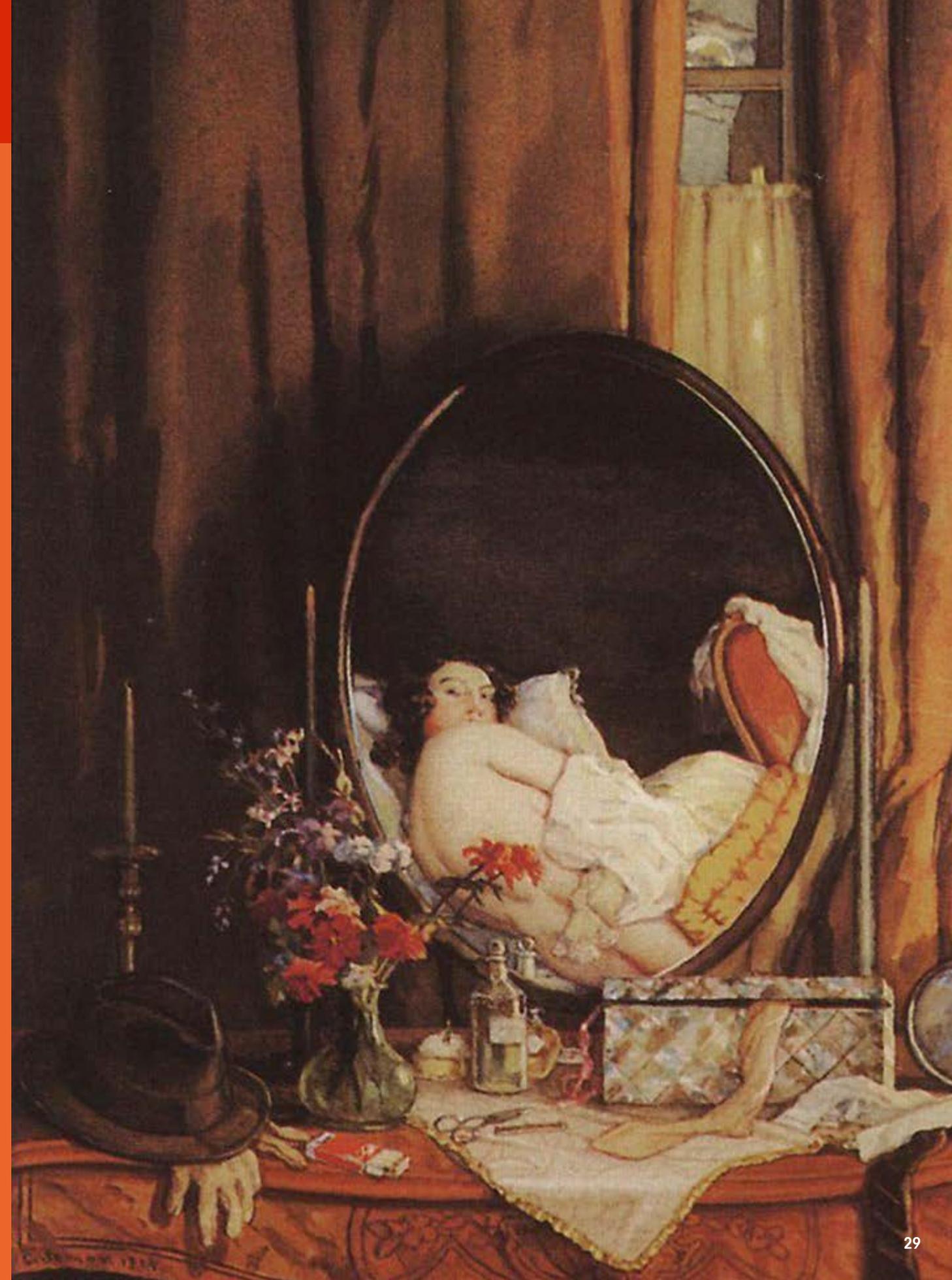
Numa noite de quinta-feira, 13 de março, ela se uniu a Clemara Bidarra e integrantes da revista *GIZ*, do Sindicato dos Professores de São Paulo, para uma roda de conversa sobre literatura e erotismo. A conversa percorreu caminhos que tocaram na liberdade, no poder questionador da literatura erótica e na sua banalização.

PORNOGRAFIA OU EROTISMO?

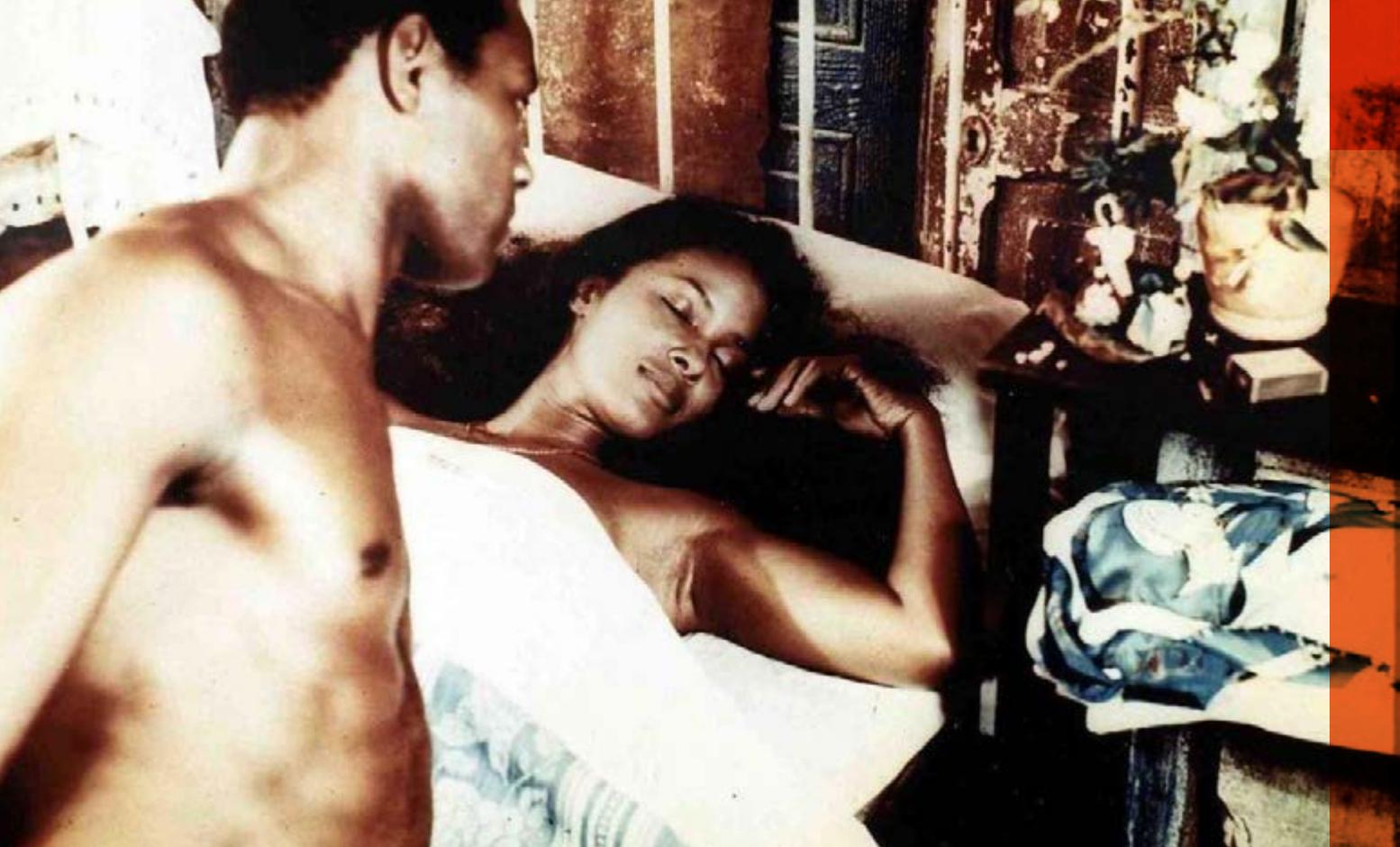
Para Moraes, a distinção entre erótico e pornográfico é puramente moral. “Existe um senso comum de que o erótico é o velado e o pornográfico é escancarado, mas isso é uma visão moralista. Os maiores escritores do erotismo foram absolutamente obscenos: Hilda Hilst, Marquês de Sade, Georges Bataille. Suas obras ainda hoje nos chocam, não apenas em um sentido moral, mas porque nos confrontam com mistérios profundos dentro de nós mesmos.”

Tal estigma também alcançou autores que possuem trabalhos cercados pelo tema. Carlos Drummond de Andrade temia ser considerado poeta menor por flertar com o erotismo, como lembra a pesquisadora. Sua obra intitulada *O amor natural* reúne poemas que revelam o poder essencial no sexo que é “morte de tão vida”. Escrita nos anos 70, só foi publicada postumamente em 1992. Drummond chegou a declarar: “São poemas eróticos, que eu tenho guardado, porque há no Brasil – não sei se no mundo –, no momento, uma onda que não é de erotismo. É de pornografia. E eu não gostaria que os meus poemas fossem rotulados de pornográficos. Pelo contrário, eles procuram dignificar, cantar o amor físico, porém sem nenhuma palavra grosseira, sem nenhum palavrão, sem nada que choque a sensibilidade do leitor. É uma coisa de certa elevação”.

Mário de Andrade, objeto de estudo da pesquisadora, também teve o aspecto erótico de sua obra mantido à sombra. Um dos motivos foi “a dificuldade da crítica em lidar com sua homossexualidade, que permaneceu velada até 2015”, como pontuou o sociólogo André Botelho em matéria da *Revista Pesquisa Fapesp*¹. Em *Seleta erótica*, Moraes destaca um trecho presente na primeira edição de *Macunaíma* (1928), posteriormente censurado pelo próprio autor, em que o escritor descreve posições sexuais inventadas pelo protagonista e sua companheira, Ci. “Por causa desse trecho, o livro *Macunaíma*



1. ORLANDI, Ana Paula. O Erótico Na Obra de Mário de Andrade. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 322, dez. 2022. Disponível em: <https://revista-pesquisa.fapesp.br/o-erotico-na-obra-de-mario-de-andrade/>. Acesso em: 1 abr. 2025.



foi acusado de atentado ao pudor e, durante certo tempo, tido como leitura proibida”, relata Eliane na matéria.

A literatura erótica opera como um encontro entre elementos que normalmente se mantêm separados. Buscar dividir o que é “chulo” do que é filosófico, diz Moraes, coloca em xeque a forma como conhecemos as coisas. “O leitor se vê obrigado a refletir sobre onde o sexo e a mente se unem, e isso nos leva ao problema fundamental da conexão entre corpo e pensamento, entre o alto e o baixo, entre o sujo e o limpo.”

Eliane não nega, no entanto, que existem produções comerciais que não provocam qualquer tipo de questionamento. É o caso de 50 Tons de Cinza, de E.L. James, que para Moraes é um erotismo conservador, sem as camadas profundas que ligam o desejo à carne e à psique. “A banalização do erotismo não vem da obscenidade, mas da maneira como o tema é tratado.”

O PODER QUESTIONADOR

Na literatura, segundo Eliane, tudo é permitido. Entretanto, não se pode confundir: não se trata de um “programa

de ação”. “Eu tenho que reprimir algo em mim para não entrar num universo violento.”

O erotismo, explica ela, não é apenas solar e libertador. “Há um lado sombrio, violento. A liberdade que tanto clamamos pode ser perigosa.” O dilema freudiano entre prazer e repressão também aparece: “Se eu me entregar completamente ao princípio do prazer, qual é o limite em relação ao corpo do outro? Todos aqui desejam a mesma coisa ao mesmo tempo?”

A literatura erótica nos conduz ao avesso da humanidade. “Ela pode dizer tudo, mas nem tudo pode ser praticado. E é aí que ela nos ajuda a pensar os assuntos mais escabrosos da nossa existência.” Como exemplo, O Caderno Rosa de Lori Lamby, de Hilda Hilst, é um livro que desafia ao apresentar a narradora, Lori, uma menina de oito anos que decide se prostituir com o consentimento dos pais e registrar em seu diário. Em 1990, Moraes escreveu uma resenha do livro para o Jornal do Brasil, intitulada Obscena Senhora Hilst, que proporcionou um encontro com a autora. “Fico pensando se aquela senhora altiva, debochada e desbocada não era a própria Lori Lamby, na plenitude dos seus 60 anos”, escreveu para a Folha de S. Paulo².

O erotismo também nos desafia a não cair em conclusões e categorizações fáceis e precipitadas. Pensar a objetificação da mulher nas obras eróticas, por exemplo, se torna um assunto complexo. “Se alguém me obriga a ser objeto do seu desejo, isso é objetificação. Mas e quando o desejo erótico inclui querer ser objeto?”, provoca Moraes. O desejo, para ela, não segue os mesmos limites morais, éticos e políticos que regem a vida social. “A matéria erótica não se encaixa facilmente em discursos normativos. Mas ela pode ser um campo fértil para questionar tabus e fabular novas possibilidades diante da repressão dos costumes.”

TENSÕES CONSERVADORAS

Pensar o erótico também nos coloca de frente com a dicotomia entre corpo e alma presentes na cultura ocidental cristã, como lembra Clemara Bidarra, professora da FAAP e autora do livro Erotismo: múltiplas faces. “O corpo foi cindido: a alma, responsável pelo sublime e pelo amor, e o corpo, mundano e carnal. Sempre digo que quem se acha muito moderno é, no máximo, pós-medieval”, brinca ao pontuar que reproduzimos essas estruturas até hoje.

Apesar dos embates entre avanços libertários e forças conservadoras, Eliane aponta que existem conquistas importantes. “Basta acompanhar uma Parada LGBTQIAP+ em São Paulo. Essas mesmas forças conservadoras que tentam barrar essas conquistas não podem mais apagá-las.”

QUAIS OS LIMITES NA SALA DE AULA?

Apesar do grande poder questionador, Eliane reconhece que adequa a exposição do tema conforme o ambiente e o público. Em certos contextos escolares e acadêmicos, há um limite na ousadia do professor que não necessariamente se relaciona a uma ‘repressão’. “Se você pegar um livro como O Caderno Rosa de Lori Lamby e dar para

2. MORAES, Ana Paula. Lori sexagenária. Folha de S. Paulo, nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1700274-lori-sexagenaria.shtml>. Acesso em: 1 abr. 2025.

uma turma de primeiro ano até de faculdade, a chance que eles têm de banalizar a questão do erotismo é muito grande”, diz, e aponta para um termômetro: “Eles têm maturidade para entender a questão filosófica que está por trás daquela lubricidade e daquela sacanagem toda?”

Confira a conversa na íntegra: https://www.youtube.com/watch?v=LJDY4Ji_XWE&feature=youtu.be



LEITURAS AMPLIADAS

Ensaio para ler no escuro, Schneider Carpeggiani, Quatro Cinco Um (2023). Disponível em: <https://quatrocinco.com.br/resenhas/critica-literaria/ensaios-para-ler-no-escuro/>.

Medo move censura ao sexo na arte, diz Eliane Robert Moraes, Walter Porto, Folha de S. Paulo (2020). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/01/medo-move-censura-ao-sexo-na-arte-diz-eliane-robert-moraes.shtml>.

O corpo da língua: notas sobre a erótica literária brasileira, Eliane Robert Moraes, REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS (2021). Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/6476>.

—cultura

© PEXELS / PIXABAY

Pedagogia da leitura: o professor como a personificação do paradoxo para a formação do leitor

Do ensino da literatura e da língua portuguesa nas escolas ao engajamento para leitura dos estudantes nas universidades, professores tentam lidar com os desafios de serem apontados como a cura e o problema da leitura no Brasil em meio a sobrecarga de trabalho e os obstáculos de engajamento dos alunos.

Por NATASHA MENEGUELLI

“O que eu acho que vem acontecendo já há muitos anos é que o professor foi responsabilizado por tudo”, afirma Nancy Casagrande, professora associada do departamento de Ciências da Linguagem da PUC-SP, onde atuou como professora nos cursos de graduação em Pedagogia, Letras e Direito, além de ser docente da pós-graduação em Língua Portuguesa. “É o professor quem tem que acolher, tomar conta dos problemas emocionais, ficar alerta para questões de saúde em sala de aula, além de dar conta daquilo que seria sua competência, formar o leitor e o escritor. Ensinar português, matemática, história”.

Em entrevista para a GIZ, ela aponta que as pressões não vêm só da sociedade no geral, da escola e dos pais e responsáveis, mas também dos colegas. “É como se fosse um papel só do professor de língua portuguesa, o de ensinar leitura e interpretação, não só de texto, mas de mapas e imagens, do entendimento de um enunciado da matemática, no estabelecimento de relações históricas e temporais. A verdade é que todos temos que trabalhar juntos”.

Nancy é mestre e doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP, possui pós-doutorado em Formação de Professores pela Universidade do Porto, de Portugal, e já atuou na educação básica. Ela afirma ser uma professora já antiga, por sua formação ser diferente da de hoje, mas que a dela também é distinta dos docentes que possuem 60 ou 70 anos. Para a professora, a formação docente, que inclui a necessidade de uma formação continuada, é um dos desafios que mostram que a culpa não é dos professores, e que aquilo que está no papel, quando se estuda a teoria, pode parecer perfeito, mas nem sempre funciona na prática. “Na sala de aula a coisa muda muito. Muito. E quando se coloca a responsabilidade só no professor, o impacto é absolutamente negativo. A gente recebe dos alunos, mas eles precisam ter este incentivo em casa”.

Ela conta que há alunos que devoram livros, na versão impressa ou digital, enquanto outros não demonstram interesse, e que a família acaba tendo um papel fundamental nisso: “claro que isso nem sempre dá certo, não é uma regra. Mas é uma influência”.

Valéria Bússola Martins, docente do Mackenzie nos cursos de Letras, Jornalismo e Publicidade e Propaganda, que já atuou em todos os níveis de ensino, do Ensino Infantil ao Ensino Médio, e inclusive com a Educação de Jovens e Adultos, concorda que o hábito da leitura

começa com a família, e que não deve se esperar que a escola cumpra esse papel isoladamente. “Alguns pais vinham em reuniões, falar comigo que estavam desesperados porque os filhos não liam”, conta a professora. “E aí eu perguntava para esses pais: o que o senhor leu no último mês? No último ano? A resposta era ‘nada’. Isso torna tudo ainda mais difícil, porque são eles o primeiro exemplo que as crianças e os adolescentes têm. É o que pode gerar aquela curiosidade inicial”.

Ela diz que a prática da leitura deveria ser um hábito dos responsáveis desde cedo. “Quando a criança ainda nem tá lendo as palavras, ela pode ler imagens. Os pais e responsáveis podem perguntar para os pequeninhos o que eles estão vendo, o que estão entendendo. Para depois começar a ler junto, cada um lê uma página. A criança vai ganhando fluência na leitura, começa a compreender com mais facilidade tendo este lado na família”.

QUEDA NO NÚMERO DE LEITORES

De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de 2024, o país perdeu 7 milhões de leitores nos últimos quatro anos. Na 6ª edição do estudo, 53% dos entrevistados não leram nem mesmo parte de uma obra nos três meses anteriores à pesquisa, e que houve uma queda no número de pessoas que apontam a escola como lugar de prática da leitura. Apesar disso, também foi detalhado que a maior parte das pessoas perdem o hábito de leitura com o passar das décadas, colocando os anos escolares como aqueles em que há mais engajamento neste sentido. Ainda assim, todos os docentes entrevistados pela GIZ afirmaram ter percebido uma diminuição nos níveis de leitura nos últimos anos.

“O Brasil não tem um histórico de leitores, não tem essa cultura de valorização da leitura. Então não é um problema só do aluno”, explica Rosana Bignani, docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie no curso de Publicidade e Propaganda do Centro de Comunicação e Letras, mestre em Ciências da Comunicação pela USP e doutora em Letras (Análise do Discurso) pelo Mackenzie. Ela diz que “percebe que hoje o aluno não está interessado nem em fazer uma leitura mínima. Ele não está procurando isso”. Para a professora, é como se o hábito tivesse sido esquecido, abandonado, e fosse feito apenas por obrigação.

“
O Brasil
não tem um
histórico
de leitores,
não tem essa
cultura de
valorização
da leitura.
Então não é
um problema
só do aluno.”

ROSANA BIGNANI,
docente da Universidade
Presbiteriana Mackenzie

Valéria concorda que há uma mudança nos hábitos de leitura dos alunos ao longo do tempo, mas que não é apenas uma questão geracional. “Há quem diga que antigamente se lia mais. Mas quem lia mais? Isso é relativo. Lia-se por obrigação, e quem tinha acesso ao livro era um público muito mais restrito. Mesmo hoje o livro ainda é caro para boa parte das pessoas, mesmo com as plataformas digitais que tornam a leitura mais barata”, defende.

Para a professora, o que salta aos olhos é que há aquilo que a escola quer que o aluno leia e o que ele de fato está lendo. Isto porque, apesar de não lerem aquilo que a instituição de ensino ou o docente pede, nunca se leu tanto quanto se lê agora com a internet, apesar de não ser uma leitura de qualidade duvidosa.

Carolina Vigna, professora, escritora, pesquisadora e artista visual, com ênfase em História da Arte e Humanidades Digitais, aponta que percebe que todos os professores estão sofrendo com o desinteresse dos alunos pela leitura. “O jovem hoje lê nas redes sociais, em espaços como o Whatsapp, está se comunicando através da escrita e da leitura o tempo todo. O que ele não consegue fazer é a leitura longa, é o desenvolvimento do raciocínio complexo”, esclarece. Carolina atualmente está no processo de conclusão do segundo pós-doutorado em Letras (Sorbonne Nouvelle, Paris, França).

Para ela, a preocupação não é exclusiva do Brasil. “Vive-se uma crise no mundo todo, com indicadores de leitura assustadores”, esclarece. “E a gente não dormiu leitor e acordou não leitor, o problema da leitura é um reflexo de algo anterior. É a consequência, não a causa”.

Vinicius Melleu Cione, professor de História para o Ensino Médio do Sesi desde 2018 e do Cursinho Popular Elza Soares, diz que este cenário reflete outros aspectos da sociedade, inclusive sistemas econômicos e sociais. “O prazer da leitura não é imediato, não é como o prazer do consumo. É de longo prazo. Se a pessoa já se coloca, e muitos estudantes fazem isso, em uma situação de incapaz neste processo de compreensão, já há um bloqueio”, explica Vinicius. “E muitas pessoas desistem mesmo, negligenciam a leitura e as matérias que possuem essa necessidade”.

No ensino superior, Nancy ministra aulas de linguística, psicolinguística e língua portuguesa, tratando de linguística textual e da importância do texto, a leitura em sua dimensão teórica. “Se você me perguntar se os alunos leem os textos que eu mando, a resposta é ‘mais

ou menos’. Há os que leem, os que leem uma parte e os que não leem nada. E o que eu vou fazer?”. Para ela, o mais complicado é que esses alunos são os que irão dar aula lá na frente. “É complicado. E eu vejo os professores todos reclamando que os alunos do ensino superior não leem, que não possuem disciplina e que sequer chegam no horário certo”.

Nancy conta que no curso de letras o cenário é menos pior, porque normalmente escolheram o curso por gostar de literatura. Contudo, em outros públicos, como pedagogia, enfermagem, direito, não é nada fácil. “Até o pessoal de direito mudou muito, e como é que você motiva este aluno? Porque, diferente do Fundamental, eles não fazem bagunça, mas eles dormem, levantam e saem da sua aula, ficam no celular, é péssimo”.

Rosana Bignani encontra problemas semelhantes com os estudantes universitários. “Já são adultos, certo? Não faço pesquisa na área de leitura, mas com os anos de carreira que tenho em sala de aula, o que observo é que há sim uma queda na quantidade e na qualidade da leitura. A leitura hoje é muito fragmentada”.

A professora aponta que o tipo de leitura feita pelos alunos é insuficiente para que se perceba, quando a leitura em si ou outras habilidades são exigidas, que há conhecimento e repertório satisfatório sobre o conteúdo, ou que eles dominam um assunto e que conseguem expandi-lo, estabelecer relações. Quando a leitura de livros, artigos ou capítulos é pedida, a atitude dos estudantes é negativa. “Isso tem relação com o hábito cultural de leitura, já existe uma recusa. Mas nós sabemos que a leitura faz parte do processo de aprendizagem, então a falta dela gera lacunas, que aparece na interpretação de texto, no mercado de trabalho, o profissional não consegue se desenvolver por completo, articular um relatório. O aprendizado é superficial e apressado”.

Thiara Ribeiro Santos, docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie no curso de Publicidade e Propaganda em disciplinas como Fotografia e Criação Publicitária, e mestre e doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, diz que, apesar de ministrar aulas que enfatizam mídias visuais, como fotografia e produção gráfica, sempre reforça a necessidade de os alunos lerem. Há cerca de sete anos ela tem perguntado para os estudantes, no início e no fim do semestre letivo, se compraram ou leram algum livro.

“Pouquíssimos alunos respondiam que sim. Observo que há cada vez menos alunos levantando a mão”, explica a professora. Uma das suas preocupações é com a forma com a qual o aluno irá sobreviver no mercado de trabalho, já que ler um livro da área profissional não é o mesmo que buscar respostas na internet. “Depois de formado, você não tem mais aquele suporte da universidade, é preciso ter este repertório sozinho, e só quem se aprofunda tem diferencial e embasamento no dia a dia de trabalho”.

Thiara explica que, para a escrita de textos, os alunos da publicidade acabam usando a inteligência artificial, e que essa dependência fica clara nas provas escritas, quando há dificuldades gramaticais, respostas vagas ou que não correspondem ao enunciado da pergunta. A preferência dos estudantes é sempre pelas questões de múltipla escolha. “Quando você coloca uma dissertativa, é comum os alunos sequer responderem. É realmente assustador, porque a construção do pensamento e da criatividade sofrem com esta falta de leitura. Como vão preparar uma campanha publicitária? Eu percebo dificuldades até com o computador, não sabem trabalhar com questões básicas de computação, ou escrever termos técnicos comuns da área com a grafia correta”.

“Eu perguntava para esses pais: o que o senhor leu no último mês? (...) A resposta era ‘nada’. Isso torna tudo ainda mais difícil, porque são eles o primeiro exemplo (...) que pode gerar aquela curiosidade inicial.”

VALÉRIA BÚSSOLA MARTINS, *docente do Mackenzie*

SOBRECARGA DE TRABALHO DO PROFESSOR

“O problema maior que a gente tem hoje é a sobrecarga de trabalho, inclusive uma que não é de trabalho didático, pedagógico, e sim funcional”, explica Emerson de Pietri, professor associado da Faculdade de Educação da USP e coordenador do Grupo de Pesquisas em Ensino de Línguas e Formação de Professores, é mestre e doutor em Linguística Aplicada ao Ensino/Aprendizagem de Língua Materna pela UNICAMP. “Isso de o docente ficar preenchendo informações em diversas plataformas é cumprir tarefa, se tornar tarefeiro. Mas não de tarefas didáticas ou pedagógicas, mas daquele que verifica, de um conjunto de ações operacionais que é obrigado a fazer. É o que temos visto hoje”.

De acordo com o professor, que atua na formação de professores, a profissão docente já acumula diferentes situações de sobrecarga, e são raríssimas as escolas, públicas ou particulares, que oferecem condições suficientes para que os professores preparem suas aulas sem apresentar características de esgotamento. “Pelo contrário, são muitas turmas, muitos alunos. Em grande parte das vezes é preciso trabalhar em mais de uma escola para conseguir compor um salário digno e suficiente no final do mês. E tudo isso, no final das contas, impede que o professor faça o seu trabalho em relação à leitura de maneira mais consistente”.

Emerson esclarece que a culpa não é do professor ou da professora, mas dos gestores das redes de ensino, que não garantem condições suficientes de trabalho para quem leciona nelas. “Sempre discuto isso com os meus alunos na educação, porque eu sei que não se resolve de hoje para amanhã. Envolve muita luta política, que vem sendo realizada historicamente, mas que ainda precisa ser mantida, pelo horizonte do que falta alcançar”.

Para Rosana Bignani, a sobrecarga não é da profissão em si, mas social. Tanto estudantes quanto professores recebem muitos estímulos, há concorrência com a inteligência artificial e com a tecnologia no geral, o que é um cenário de desafio. “O aluno que chega hoje para nós hoje, ele não é ingênuo, que vai projetar no professor uma fonte de aprendizado e sabedoria. Ele chega com repertórios, ainda que desconexos, os quais ele acredita serem corretos. Pensa que a tecnologia é melhor do que o que é oferecido em sala de aula. É um cenário bastante complexo”.

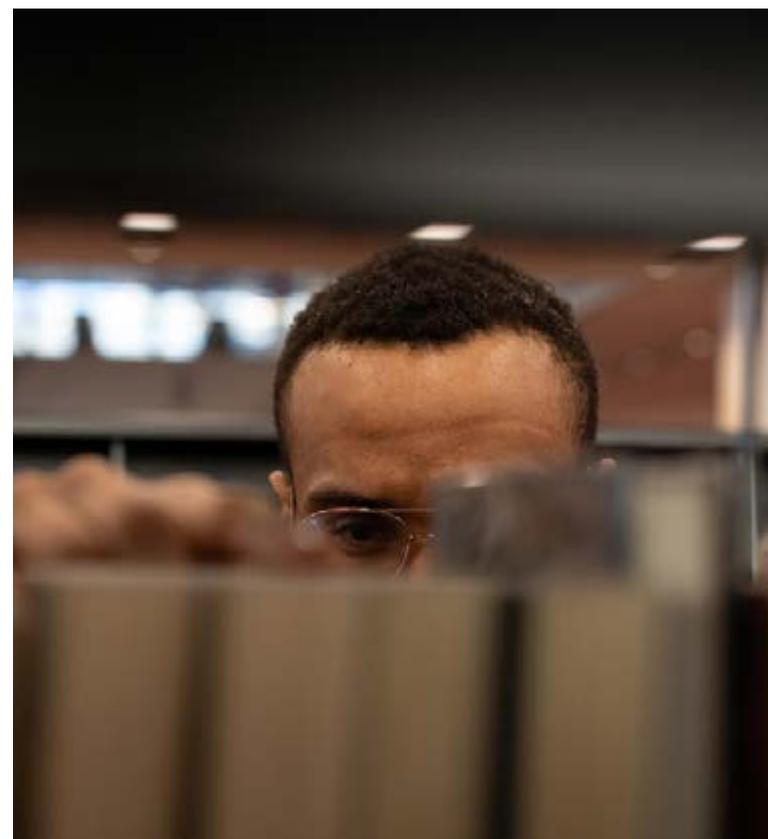
A professora afirma que por estes e outros motivos, o professor tem que “se virar nos 30”, fazer da aula um espetáculo. “A gente sabe que isso tem acontecido. Mesmo

com a tecnologia também à disposição do docente, ele precisa se reinventar para lidar com todos os obstáculos, inclusive a desinformação. Para muitas pessoas isso gera um estresse e um desgaste”.

Rosana diz que, apesar de estar sempre se atualizando, mesmo com tantos anos de experiência, lidar com tantas variáveis não é obrigação de todo professor. “Hoje temos que lidar com muita coisa, e não é todo professor que está habituado a isso. Eu uso bastante tecnologia, plataformas multimídia, até em função do curso. Mas a realidade do ensino no Brasil é desigual e desfavorável. Nem todos os professores possuem as ferramentas que precisam, e isso causa problemas de saúde mental. É um abandono do professor e da educação”.

No trabalho com a formação de professores, uma das preocupações de Nancy Casagrande é entender como a leitura e a formação de leitores pode ser trabalhada em sala de aula de modo que ultrapasse os obstáculos constantes. “O desafio maior é lidar com essa geração nativa digital, que tudo é interessante, menos a escola. Segundo, fazer um trabalho com a leitura em que você resgate a importância dela como descoberta, que a criança consiga relacionar a leitura com a própria vida. Há uma ampliação de universo, mesmo como leitor. E não tem receita”.

Para a professora, estes aspectos são uma dificuldade



de para professores de qualquer idade, mesmo os mais jovens, mas que, com experiência, testando diferentes estratégias, é possível encontrar soluções.

Para Carolina Vigna, a questão dos recursos multimídia é um caminho sem volta, mas que ela não vê com maus olhos, já que os alunos nem sempre aprendem com os mesmos recursos. “Eu não posso cobrar uma regra única se eu sei que o aprendizado não acontece dessa maneira. O que me incomoda em sala de aula é a falta de atenção deles. Eu sempre falo para os meus alunos: ‘gente, eu sou professora, eu não estou cantando numa churrascaria para você me ouvir enquanto faz outra coisa”.

A professora explica que a atenção dividida dos estudantes exige um esforço maior dela do que a questão de explorar outros formatos e mídias em sala de aula. Além disso, que espera que eles deem uma resposta frente ao trabalho e aula que ela preparou. “Eu cobro deles esse retorno. Eu digo que não estou sozinha na classe, porque quero o diálogo. Uma parte fecha a cara e volta para o celular, mas a maioria compra a briga junto comigo”.

Para Vinicius Melleu Cione, algumas disciplinas exigem um componente emocional para que os alunos se mantenham engajados. Ele conta que Grécia Antiga e Segunda Guerra Mundial são períodos da história que costumam chamar mais a atenção dos estudantes, por serem constantemente representados como produtos da indústria cultural. Entretanto, é mais difícil manter o interesse deles quando o tópico é o Império Bizantino, por exemplo. “Também há situações em que o professor consegue inspirar algum tipo de admiração, comoção com o estudante. Ou até o efeito contrário, de raiva, querer comprovar que o professor está errado. De alguma forma você precisa emocionar o estudante”.

Emerson de Pietri conta que a prática histórica mostra que na formação do leitor é preciso ter contato com o texto físico. Políticas públicas e estratégias que utilizam o livro impresso são essenciais. Ele afirma que este acesso nem sempre é possível, principalmente para estudantes de escolas públicas. Emerson relata que é possível perceber que os dados que indicam queda de leitura e de leitores se relacionam à descontinuidade de programas e políticas públicas desde o governo do ex-presidente Michel Temer, passando também pelo do ex-presidente Jair Bolsonaro. “É possível ver a curva de leitores baixar após 2015”, cita ele, se referindo também aos dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil.

“O desafio maior é lidar com essa geração nativa digital, que tudo é interessante, menos a escola. Segundo, fazer um trabalho com a leitura em que você resgate a importância dela como descoberta, que a criança consiga relacionar a leitura com a própria vida. Há uma ampliação de universo, mesmo como leitor. E não tem receita.”

NANCY CASAGRANDE, professora associada da PUC-SP



TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

“Eu gosto muito de ferramentas tecnológicas. Eu tenho uma orientanda atualmente que pediu para os alunos fazerem uma releitura da história dos três porquinhos usando a inteligência artificial”, defende Valéria Bússola Martins. “O resultado foi maravilhoso, os estudantes desenvolveram habilidades de leitura, de compreensão e de interpretação. Os alunos perceberam que era muito importante a pergunta que eles iam fazer para a inteligência artificial, mais do que a resposta que eles recebiam. Inclusive, depois faziam um trabalho de reescrita”.

A docente conta que, com a criação de uma trilha de aprendizagem, com o uso sendo orientado pelo professor, com exemplos de uso, o resultado é satisfatório para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Valéria entende que o digital incomoda boa parte das pessoas por ainda ser uma novidade, mas que a questão em sala de aula é compreender que este faz parte da realidade não só das crianças e adolescentes mas também dos adultos, e que não é positivo ignorar essa realidade, mesmo que o professor tenha que se aventurar um pouco.

Valéria recorda do ano em que se formou, 1998, quando ainda era preciso datilografar os seus trabalhos. Quando começou a trabalhar nas escolas, algumas já tinham recursos tecnológicos disponíveis. “Na época, inclusive, eu era alfabetizadora. E aí eu nunca me esqueço de um aluno da pré-escola que tinha aquela letra espelhada, que o aluno escreve com a letra viradinha. E aí a primeira vez que ele digitou no teclado, ele digitou certo. E ele falou: ‘Olha, prô, aqui a minha letra sai certa’. Eu percebi que tinha que aproveitar todas essas questões”.

A professora menciona também que, embora muita gente não goste, os influenciadores digitais que falam de livros e literatura têm sido os responsáveis por esgotar uma série de obras. Menciona uma influenciadora estadunidense, do TikTok, que leu Machado de Assis e, ao se apaixonar pela leitura dele, publicou uma resenha que fez com que o livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas” esgotasse na Amazon. “Isso não é bom? Teve gente que ficou brava, de precisar de alguém de fora falar da obra. Eu já estou feliz porque as pessoas estão lendo”, defende Valéria. “Eu penso que a questão das mídias ajuda muito, a questão é que é preciso mostrar para o aluno, em sala de aula, que ele precisa conhecer elas a fundo, como funcionam, para que ele compreenda o que e como as coisas aparecem para ele”.

Emerson também concorda que as redes sociais e o universo digital podem ajudar no desenvolvimento da leitura para uma parte das pessoas, seja pelas sugestões de leitura que as comunidades trazem ou por produções como filmes e séries que se baseiam em livros e geram curiosidade sobre eles.

O professor cita os dados do estudo Retratos da Leitura no Brasil para observar que não é exatamente o contato com as redes sociais e a tecnologia que impede o desenvolvimento da leitura de livros. De acordo com a pesquisa, tanto leitores quanto não leitores gastam praticamente o mesmo tempo acessando dispositivos eletrônicos. “A diferença é que para quem é leitor de literatura, esse tempo utilizado nessas plataformas, nesses dispositivos, principalmente o celular, não toma o tempo que essa pessoa vai utilizar para ler literatura. Enquanto para quem não é leitor de literatura, o tempo é gasto nisso e o restante do tempo em outras atividades”.

Agora, trabalhando com formação de professores, Valéria explica que para o uso de ferramentas tecnológicas, é essencial que o docente estude e teste bem os mecanismos, para só depois passar a utilizar com os alunos. Buscar caminhos de aprendizado que façam sentido para o estilo de ensino e a disciplina que é passada. Mesmo no preparo dos planos de aula, a professora passou a ensinar os estudantes a agilizar processos com o uso de ferramentas pensadas para isso. “Se hoje eu posso optar por usar uma plataforma que já me entrega uma versão ou uma parte inicial, e eu ganho tempo, por que não usar? Quem não gosta, não usa, mas eu costumo navegar contra a maré neste sentido”.

Contudo, ela destaca que isto não significa que não haverá trabalho. Para que o produto desta ferramenta realmente chegue a um nível de qualidade que possa ser usado em sala de aula, é preciso revisão e edição, a partir do repertório que o professor adquire com os seus estudos e experiência.

LEITURA AMPLIADA

Ser pobre e leitor no Brasil: um manual prático, Outras Palavras (2025). Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/ser-pobre-e-leitor-no-brasil-um-manual-pratico/>.

_trabalho

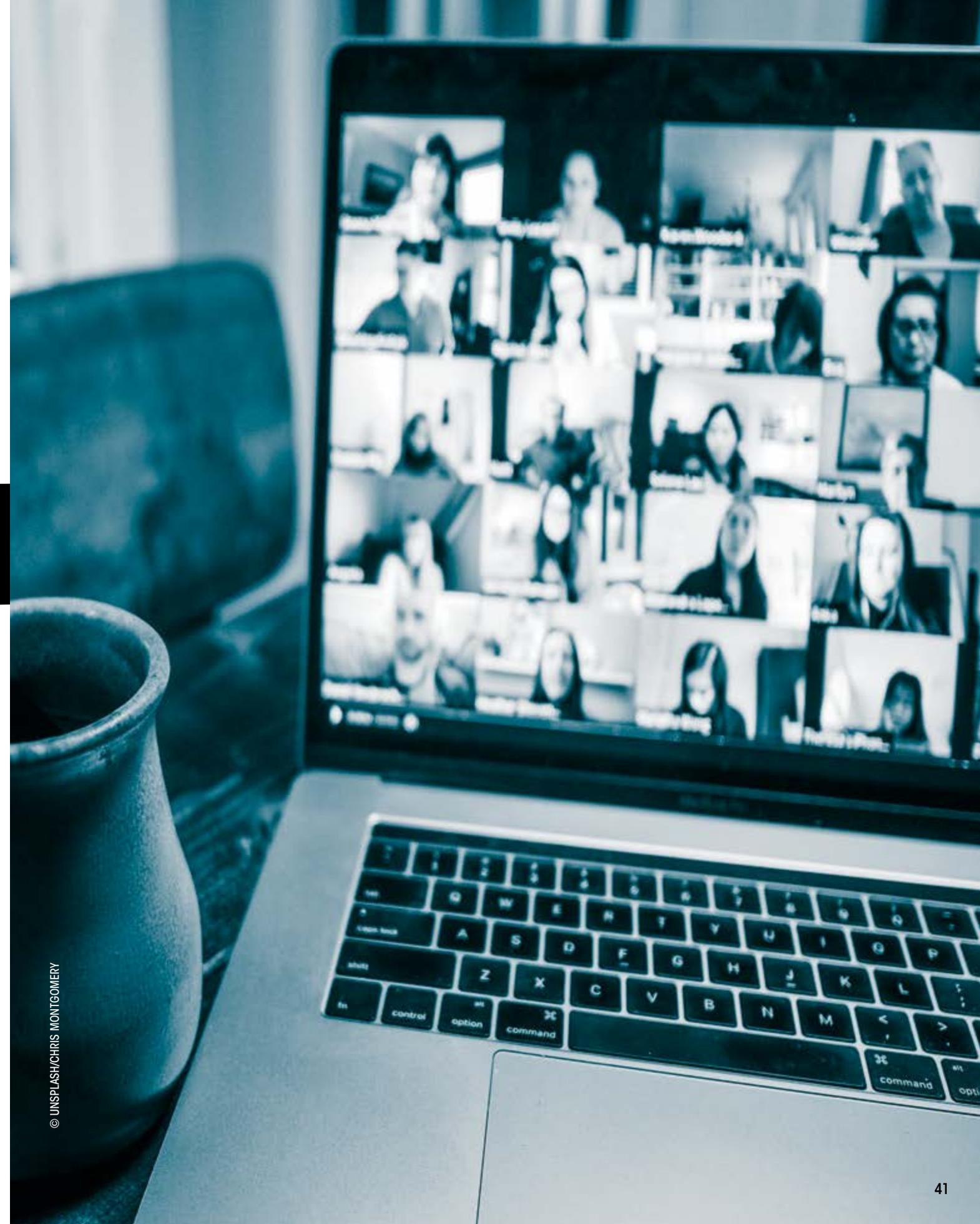
Educação refém da ganância empresarial

Para atender à alta demanda, o ensino a distância frequentemente prioriza eficiência e lucratividade em detrimento de princípios pedagógicos. KAREN RAMOS

“ Não somos contra o ensino a distância, não. É preciso um novo marco regulatório para isso”, enfatizou o ministro da Educação Camilo Santana, ao suspender, em junho de 2024, a criação de cursos de graduação EAD. A expansão do ensino a distância (EAD) levanta debates sobre os rumos da educação no Brasil frente a financeirização e a maximização do lucro nas instituições privadas.

O formato ganhou força durante a pandemia de COVID-19, quando as instituições precisaram migrar

as aulas presenciais para o ambiente remoto, minimizando os impactos na educação. Desde então, essa modalidade se consolidou, especialmente no setor privado, e segue em crescimento. De acordo com o Censo da Educação Superior 2023, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nos últimos cinco anos houve um aumento de 232% nos cursos EAD. Em 2023, 66% dos novos estudantes ingressaram em cursos a distância, sendo 97% desses alunos em instituições privadas.





O Sindicato dos Professores entende que todo tipo de aula que não é dada na presencialidade física é EAD, enquanto o sindicato patronal entende que a sincronicidade, ou seja, aluno e professores estarem conectados ao mesmo tempo, equivale a presencialidade.”

IBERÊ MORENO, *diretor do SinproSP*

© UNSPLASH/SERGEY ZOLKIN

A oferta do modelo de ensino responde a uma demanda por flexibilidade e alcance de áreas remotas. Para atender à alta demanda, o ensino a distância frequentemente prioriza eficiência e lucratividade em detrimento dos princípios pedagógicos. Nesse modelo, as universidades se tornam cada vez mais dependentes da clientela, o que pode levar à redução das exigências didáticas e à queda na qualidade do ensino — com destaque para cursos da área de saúde e licenciaturas, que também exigem sólida formação prática e pedagógica. O crescimento do EAD levanta questões sobre as condições de trabalho dos professores, onde o cenário atual é marcado por fragmentação, pejetização e precarização.

NOVO MARCO REGULATÓRIO

Em junho de 2024, o MEC instituiu o Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-Pares), com a finalidade de assessorar a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) na formulação das políticas públicas em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), inclusive na revisão dos referenciais de qualidade do EAD.

Esperava-se a divulgação do novo marco regulatório para oferta de cursos de graduação EAD até 31 de dezembro de 2024, segundo estabelecia a Portaria 528 publicada em 07 de junho de 2024. Sem novidades até então, no dia 15 de janeiro deste ano, o ministro da Educação anunciou que o presidente Lula deve assinar um decreto que regulamentará o EAD no Brasil até fevereiro – prazo que não foi cumprido novamente e adiado até abril.

A promessa é que sejam estabelecidas as conceituações de educação a distância e presencial, a criação da modalidade semipresencial, além de definições sobre atividades síncronas reguladas, corpo docente, estruturas dos polos, avaliações e regras de transição. Os principais pontos em elaboração foram debatidos em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que aconteceu no final de novembro de 2024.

O primeiro desafio da modalidade surge logo na definição do termo. “O Sindicato dos Professores entende que todo tipo de aula que não é dada na presencialidade física é EAD, enquanto o sindicato patronal entende que a sincronicidade, ou seja, aluno e professores estarem conectados ao mesmo tempo, equivale a presencialidade”, explica Iberê Moreno, diretor do SinproSP.

A proposta apresentada em audiência pública interpreta que presencialidade requer a participação física do estudante em local e tempo pré-determinados, e também limita grupos de até 50 estudantes por mediador em atividade síncrona regulada, gerando reações resistentes de representantes de empresas.

DOCÊNCIA E SUCATEAMENTO

Um curso de ensino a distância funciona como um repositório, explica Moreno. Primeiro, um professor produz o conteúdo. Depois, a apresentação é gravada em vídeo, podendo ser ou não feita com o suporte de equipamentos profissionais ou assessoria. Esse conteúdo é organizado e colocado em uma plataforma. A cada aula, um conjunto de materiais, sejam vídeos ou textos, precisa ser estudado pelo aluno para a realização de uma atividade, e o processo segue sem muitas interações. Um mesmo profissional pode realizar mais de uma função na elaboração do conteúdo até a disponibilização do material finalizado na plataforma, mas é comum que o processo seja fragmentado.

“Muitas vezes, esse professor [que produziu o material] recebe apenas um pagamento e através de um contrato PJ. Às vezes, nem é ele que vai gravar os vídeos. Então é uma situação mais complexa de como você segmenta os processos para alienar quem está produzindo. Ninguém domina todas as etapas”, aponta Moreno, que destaca que é comum que os profissionais recebam apenas uma vez por um material que pode ser usado por cinco anos, por exemplo.

Em geral, o profissional que acompanha os alunos não é o mesmo que produziu os conteúdos. Na prática, uma grande distinção é que os tutores não possuem

autonomia pedagógica e nem didática, resumindo sua função na correção de atividades e apoio de dúvidas sobre um material que não produziu. “Os tutores nada mais são do que professores sucateados. Na verdade, são muito mais guardiões dessas plataformas do que de fato professores”. Ao mesmo tempo, existe uma barreira no diálogo dos sindicatos com os tutores e instrutores, que não se enquadram na categoria.

A docência no EAD possui características concernentes às novas relações de trabalho, como a divisão e fragmentação das funções. A “flexibilidade” ganha contornos no que diz respeito à contratação, que acaba por “esfacular os direitos trabalhistas, estabelecendo uma insegurança e imputando aos trabalhadores a culpa, por exemplo, do desemprego”, aponta Braian Veloso, doutor em Educação e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte) da UFSCar, em artigo.

O gerencialismo também brota como uma característica presente na modalidade, e que avança sobre o ensino presencial. Os profissionais anteriormente ocupados das funções de tomada de decisão e execução passam a exercer o papel de gerentes dos processos. Para Veloso, essa é uma característica do modelo neoliberal.

Um dos primeiros efeitos sentidos, reflete Iberê, é a sobrecarga de trabalho conforme a modalidade de educação a distância adentra o mundo da educação presencial com seu gerencialismo e preocupação com o fornecimento de dados. “Gastamos muito mais tempo hoje em dia alimentando essas plataformas do que passávamos antes. Não é ludismo. O uso da ‘máquina’ pode ser bom para muitas coisas, mas o problema é que a máquina está sendo usada para explorar o trabalhador”.

Os efeitos da corrida pela maximização dos lucros e otimização dos recursos são sentidos em toda a estrutura da educação superior no ensino privado, com a redução de jornada de docentes e ensalamento como tentativas de reduzir custos com folha de pagamento. O ensino a distância herda vicissitudes da educação presencial na perspectiva de lucros infinitos e abastardando os projetos pedagógicos.

“Se a gente não tiver as denúncias, o debate e o diálogo com os professores e as professoras, não conseguimos avançar no tema porque vamos carecer de base para poder argumentar com o sindicato patronal”, reflete Moreno.

MASSIFICAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO

Entre 2018 e 2024, os polos EAD saltaram de 15 mil para 47 mil. O crescimento, entretanto, não representa necessariamente uma democratização do ensino superior, mas uma massificação da oferta. “Tem polo em funerária, no meio da rua, no meio da floresta. Essa bagunça só existe porque lá atrás o MEC determinou que não haveria mais visita a polos. Foi um convite para que o mercado fizesse o que quisesse”, diz a presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), Elizabeth Guedes para a Folha de S. Paulo.

Segundo dados do MEC, levantados pela Folha, 46% dos 47 mil polos de EAD que existem no Brasil são terceirizados. Ou seja, as unidades não são geridas por quem as criou, outorgadas a terceiros mediante a concessão de aproximadamente 30% do valor arrecadado em mensalidades. A terceirização é permitida desde 2017, ano em que o ministério também parou de fazer inspeções presenciais em polos EAD.

Em junho de 2024, o Ministério da Educação (MEC) suspendeu a criação de novas graduações na modalidade EAD, o aumento de vagas nesses cursos e a criação de polos EAD por instituições do Sistema Federal de Ensino por meio da portaria nº 528, de 6 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União (DOU). A medida é válida até o próximo dia 10 de março.

“Vemos uma reação negativa do mercado aos players com maior exposição à distância no segmento de aprendizagem (ou seja, Yduqs, Cogna e Vitru), pois levanta preocupações sobre potenciais restrições às ofertas de EAD que possam afetar a rentabilidade desta modalidade no longo prazo”, avaliou o Itaú BBA em matéria da Infomoney.

66%

Ensino a distância



© PEXELS / MIKHAIL NILOV; PEXELS / DIDSS

Desistência dos estudos



58%

Ensino presencial

CLASSICISMO E ABANDONO

“Quem tem acesso ao ensino presencial hoje para ter tempo de se deslocar, ter grana para sustentar estudar, porque estudar é comprar livro, se deslocar, dedicar horas ao estudo”, pontua Iberê.

Dentre os principais fatores para a escolha do ensino a distância, estão flexibilidade e alcance. Entretanto, o abandono é um dado presente na modalidade. A desistência é maior no ensino a distância (66%) do que no presencial (58%). “A pessoa não consegue encaixar as aulas no ritmo de vida. Qualquer curso você supostamente tem que fazer as aulinhas dos cinco dias da semana, então todo dia eu tenho que chegar em casa, assistir a aula, fazer as atividades, e claro que isso é cansativo. Isso dá uma evasão muito grande, tem uma série de problemas”, reflete Moreno.

Segundo dados do Conceito Enade em 2022, apenas 450 cursos de ensino superior na modalidade EAD conseguiram notas 4 ou 5 no Conceito Preliminar de Curso

(CPC) do MEC. O número representa cerca de 26,6% dos cursos EAD avaliados. Já no modelo presencial, 38% dos cursos superiores tiveram avaliação satisfatória.

Iberê Moreno ressalta que o ensino a distância não é uma realização impossível, mas depende de diferentes fatores para garantir sua qualidade. Para o professor, experiências no mestrado e doutorado podem apresentar resultados mais proveitosos, mas dependem de um recorte no perfil de aluno muito específico.

“Eu preciso de um professor bem remunerado, de bolsa, de estrutura para os alunos e as alunas conseguirem participar, para fazer as leituras, para se dedicar, para poder ser estudante”, pontua. Em dezembro de 2024, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) estabeleceu novas regras para o ensino híbrido na pós-graduação no País e proibiu aulas assíncronas em mestrado e doutorado, ou seja, aquelas que são gravadas e assistidas pelos alunos em qualquer horário.

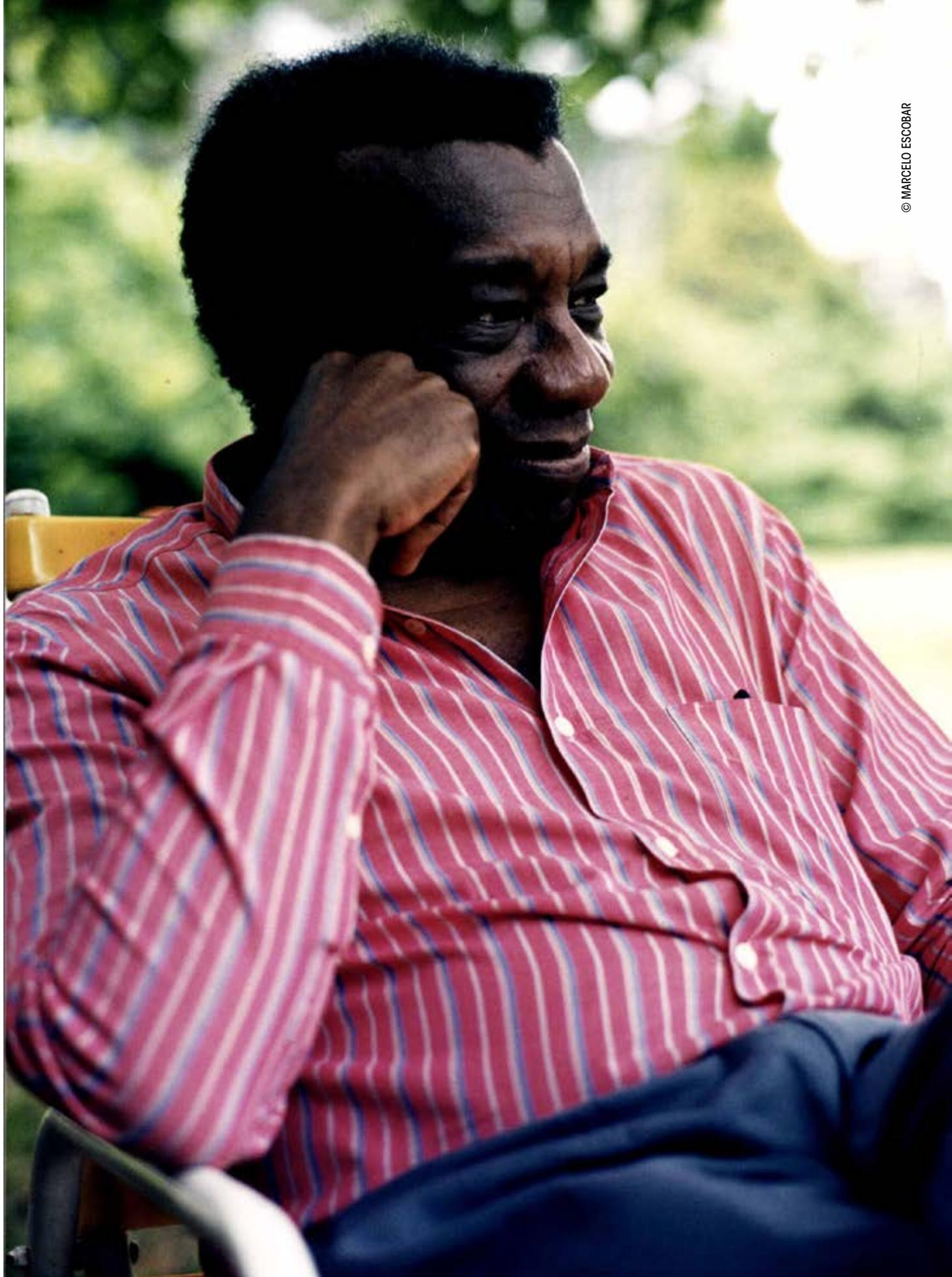
_memória viva

MILTON SANTOS

um humanista
à frente de seu
tempo

No próximo ano, em 3 de maio de 2026, será celebrado o centenário de nascimento do professor Milton Santos, um dos mais importantes e carismáticos intelectuais brasileiros, com uma extensa obra de projeção internacional. Vinte e quatro anos depois de sua morte, ele permanece como referência não só no campo da Geografia, mas nas Ciências Humanas em geral.

Por SILVIA BARBARA



© MARCELO ESCOBAR

Em relação à Geografia, sua intensa produção contribuiu para elevá-la a uma grandeza maior, junto a outros grandes nomes como Aziz Ab'Saber, Bertha Becker, Therezinha de Castro, Aroldo de Azevedo. A lista, evidente, é muito maior, mas limitá-la àqueles que já partiram mostra que esses grandes pensadores foram eternizados pelo conhecimento que produziram.

Assim é com Milton Santos. Ao longo de quase cinquenta anos de vida acadêmica, publicou 50 livros, alguns em língua estrangeira, e centenas de artigos, foi amplamente premiado no Brasil e no exterior e recebeu vinte títulos *Honoris Causa*.

Formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1948), Milton Santos desde cedo manifestou interesse pela Geografia e pela pesquisa científica. Começou a dar aulas em escolas do antigo ginásio, publicou diversos estudos de Geografia Regional e Urbana e teve o seu primeiro livro – *Zona do Cacau* – lançado em 1957. Lecionou na Universidade Católica da Bahia (1956-1960) e na Universidade Federal da Bahia (1959 – 1969)¹, e concluiu o doutorado em 1958 pela Universidade de Estrasburgo, na França.

Paralelamente à atividade docente, entre a segunda metade dos anos 50 e 1964, trabalhou também como jornalista e redator no *Jornal A Tarde* e ocupou cargos públicos como diretor da *Imprensa Oficial da Bahia* e presidente da *Comissão de Planejamento Econômico da Bahia*. Tudo isso foi interrompido com o golpe militar.

Por determinação do Comando da VI Região Militar (Bahia), Milton Santos permaneceu preso entre os dias 09 de abril e 23 de junho de 1964. Nesse mesmo ano, sem condições de permanecer no país, licenciou-se da UFBA e foi lecionar na Universidade de Toulouse II. Assim, teve início uma longa carreira internacional, com passagens em outras universidades francesas (Bordeaux, Sorbonne IEDS-Université de Paris), americanas (MIT, Colúmbia, Stanford), além das universidades no Canadá, Venezuela, Peru e Tanzânia.

Em 1977 voltou ao Brasil. Lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979- 1983) e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1978-1982). Tornou-se professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, onde permaneceu até 1995 e, em 1997, tornou-se professor emérito.

UMA OBRA DE PRIMEIRA GRANDEZA

A obra construída ao longo dos cinquenta anos de vida acadêmica revela muita erudição e um profundo compromisso teórico e metodológico. Nos anos 50 e 60, influenciado pela Geografia Clássica Francesa, que enfatizava a análise regional e a paisagem, Milton Santos publicou diversos trabalhos sobre regiões da Bahia. Nas décadas de 70 e 80, seus estudos estiveram centrados no Terceiro Mundo e no processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, também como reflexo do movimento de renovação lançado pela Geografia Crítica. A partir dos anos 90, o território, sua configuração espacial e seus fluxos de circulação – especialmente no Brasil –, passam a ter a primazia de suas análises.

Mais do que rupturas, essas fases revelam a evolução de pensamento de Milton Santos, das proposições teóricas que desenvolve e que se manifestam também em denominações como espaço geográfico, paisagem, região, território, lugar, local, meio – conceitos tornados cada vez mais complexos e sujeitos a uma permanente renovação. Daí alguns pesquisadores alertarem para o fato de que um mesmo conceito – território, paisagem, por exemplo – pode ter diferentes definições para Milton Santos.

1. Depois da redemocratização, em 1994, Milton Santos foi reintegrado à UFBA a partir de um processo aberto no Departamento de Geografia.

Nisso reside um consenso entre aqueles que se debruçaram sobre Milton Santos: ele é um intelectual que nunca teve medo de mudar, de rever seus postulados, redefinir conceitos, reavaliar ideias. E talvez aí resida a riqueza e a diversidade de seu trabalho.

Uma outra virtude desse pensador era o otimismo. Transformou em ciência sua indignação diante de um mundo regido pelas forças do mercado que criou uma “mais-valia em escala planetária”, Milton Santos também ousou imaginar uma globalização diferente, criada a partir de projetos nacionais que respeitassem as necessidades locais e colocassem o bem estar do homem em primeiro lugar.

EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS...

Um dos mais importantes conceitos aprofundados pelo professor Milton Santos foi o do meio técnico informacional. Partindo da constatação de que cada período histórico caracterizou-se por um determinado padrão técnico Milton Santos distingue três períodos. No primeiro, a natureza constituía a base material da humanidade. Ela fornecia aquilo que os homens necessitavam, sem sofrer grandes transformações. Daí a denominação de meio natural.

O segundo período advém da invenção e do uso das máquinas com capacidade de transformar a natureza e os lugares (meio técnico). Contudo, essa transformação era limitada no espaço geográfico já que as possibilidades do progresso técnico estavam circunscritas a determinados países e, mesmo dentro deles, a determinadas regiões e cidades.

Por fim, o terceiro período - técnico científico informacional - se diferencia pela aceleração da ciência e da técnica e sua expansão global mediada pela tecnologia da informação, que permite um crescimento vertiginoso dos fluxos comerciais, financeiros e informacionais:

“Nessa nova fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos como a mundialização das firmas, a internacionalização da produção e do

produto a generalização do fenômeno do crédito que reforça as características da economização da vida social os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.”²

Assim, para Milton Santos, o espaço geográfico - que pode ser chamado de meio técnico internacional - se redefine pelo processo de mundialização. A possibilidade de mapear toda a crosta terrestre e identificar seu processo de ocupação em tempo real, a unicidade técnica que favorece a fragmentação produtiva e o consumo em escala global e os fluxos crescentes de circulação da informação são fatores decisivos dessa nova realidade.

O professor Milton Santos faleceu em 2001, no início da década marcada pela disseminação da internet e como consequência das redes sociais. Em 2002, surgiram o Fotolog e o Friendster. Em 2003, o LinkedIn e o My Space. Em 2004, foram lançados o Facebook, o Orkut, o You Tube e o Flickr. O Twitter é de 2006 e o Instagram de 2010. O buscador Google só chegou ao Brasil em 2005. Agora, nos vemos frente a frente com o advento da Inteligência Artificial.

É tentador fazer um exercício de imaginação pensando em como o professor Milton Santos assistiria a todo esse processo e o que produziria a respeito. Afinal, a expansão das grandes dessas grandes corporações de tecnologia da informação atingiu contornos que vão além da globalização econômica mas em enormes consequências em todas as esferas da vida social e política.

Nesses tempos difíceis, Milton Santos faz muita falta. Contudo, o legado que ele deixou permitirá que outras pessoas se aventurem diante dos imensos desafios que vivemos hoje. Por isso, ele foi e continua sendo um pensador à frente de seu tempo.

2. Santos, M. Técnica Espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico Informacional, Edusp 5ª edição., p. 117

PARA SABER MAIS

- Zona do Cacau, Milton Santos (1957)
Íntegra digitalizada do primeiro livro publicado pelo professor Milton Santos

<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/68/1/296%20PDF%20-%20OCR%20-%20%20RED.pdf>

PARA ESTUDAR E LER A OBRA DE MILTON SANTOS

- Em vídeo, Maria Adélia de Souza, geógrafa e professora titular da FFLCH-USP fala sobre os livros escritos pelo professor Milton Santos e dá importantes sugestões sobre como e em que ordem ler os livros do professor Milton Santos.

<https://www.youtube.com/watch?v=FIG5gYgIvAo>

ENTREVISTAS

- Da paisagem ao espaço
Palestra do Prof. Milton Santos no Encontro Nacional de Ensino do Paisagismo na FAU-USP realizada em 04 de outubro de 1995. FAU-USP

<https://www.youtube.com/watch?v=D7DBxZUJATk&t=17s>

- Milton Santos no Programa Roda Viva
Entrevista concedida em 1998

<https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>

- Jô Soares entrevista Milton Santos
Entrevista concedida em 10 de julho de 1995

<https://www.youtube.com/watch?v=jzUIHAAiISM>

DOCUMENTÁRIOS

- Milton Santos - Por uma outra globalização (Direção de Silvio Tendler, 2004)

<https://www.youtube.com/watch?v=sdSwEezXrAk>

- Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá (Direção de Silvio Tendler, 2006)

<https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROBERT DE MORAES, Antonio Carlos. Território na Geografia de Milton Santos. São Paulo: Annablume, 2013.

SANTOS, Milton De Almeida. Técnica, Espaço e Tempo. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

SANTOS, Milton De Almeida; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton De Almeida; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. ANPUR, 1994. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/1995/07/Territorio_globalizacao-e-fragmentacao.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANTOS, Milton De Almeida. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos.. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

BERNARDES, Antonio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. Formação (Online), v. 27, n. 50, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/silvi/Downloads/6564-Texto%20do%20Artigo-27773-27668-10-20200416%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/silvi/Downloads/6564-Texto%20do%20Artigo-27773-27668-10-20200416%20(3).pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

GRINN, Flávia. Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. Revista IEB nº 52, set./mar. 2011, Disponível em: http://lte.ce.ufrn.br/prometeu/revistas/revista_2019/1.0-MEIO-TECNICO.docx.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

MOREIRA, Bruno De Oliveira. Milton Santos, da prisão ao exílio (1964): questões de partida. Anpuh- 30º Simpósio Nacional de História, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anaais/8/1566240583_ARQUIVO_Bruno_Moreira_texto.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

NASCIMENTO, Giovana Oliveira; FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira. O meio técnico científico e informacional e a cultura tecnológica: perspectivas para o ensino de geografia. Prometeu, Ano V, n. 1, 2019. ISSN 2175-0920, 2019. Disponível em: http://lte.ce.ufrn.br/prometeu/revistas/revista_2019/1.0-MEIO-TECNICO.docx.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. Para Onde? nº 8, ago/dez 2014. Disponível em: file:///C:/Users/silvi/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MILTON%20SANTOS/espaco-geografico%20territorio%20usado%20e%20lugar_THIAGO.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025.

VANCONCELOS, Pedro De Almeida. Milton Santos, geógrafo e cidadão do mundo. GEOGRAFIA, VOL.7, Nº 3, 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1909/5250>. Acesso em: 11 fev. 2025.

A história das redes sociais: como tudo começou. Tecnomundo, <https://www.tecnomundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>. Acesso em 25 fev. 2025

Milton Santos - <https://miltonsantos.com.br>

Publique na revista GIZ

Aqui você encontra o manual com o passo a passo para compartilhar seu artigo sobre temas relevantes às professoras e aos professores

As submissões devem ser feitas exclusivamente através do e-mail revistagiz@sinprosp.org.br, nos padrões e diretrizes indicados abaixo. É preciso incluir um endereço de e-mail e um contato telefônico válido para retorno.

Além disso, as submissões que não estiverem de acordo com as especificidades serão devolvidas aos autores para os ajustes necessários:

Diretrizes para autores

- >> A contribuição deve ser original e inédita, e não pode estar sendo avaliada para publicação por outra revista ou mídia; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”;
- >> Todos os autores são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho;
- >> O artigo deve representar uma contribuição relevante para o tema abordado, devendo apresentar referencial teórico consistente, argumentação clara e explícita e correção de linguagem. A correção linguística do texto é de responsabilidade do autor;
- >> Os autores declaram não infringir as normas de

conduta ética da produção e publicação do conhecimento;

- >> Os artigos devem conter um título que corresponda à ideia geral do trabalho, não devendo exceder a 80 caracteres;
- >> A avaliação dos artigos respeitará a observação dos seguintes aspectos: adequação do artigo ao tema proposto por ele (com esclarecimento sobre seu objetivo, temática e, quando houver, procedimento metodológico e resultados); consistência teórico-metodológica (com relação aos conceitos, à densidade analítica e ideias conclusivas); relevância (com relação às frentes temáticas da GIZ); originalidade do trabalho; adequação à norma padrão da língua e à conduta ética;

Condições para submissão

- >> Só são aceitos textos em língua portuguesa;
- >> Trabalhos apresentados em congressos serão aceitos desde que incorporem sugestões e melhorias discutidas e apresentadas no evento, o que deve ser informado em “Comentários ao editor”;

- >> No momento da submissão, é preciso preencher as informações de cada um dos autores, que incluem: nome completo; nome para publicação (social ou versão reduzida de preferência); mini biografia de no máximo 200 caracteres com espaço; link doattes ou de outras referências de trabalhos (como livros e textos publicados, por exemplo), quando houver;
- >> O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou Google Documentos, adotando as normas ABNT para artigos técnico-científicos;
- >> URLs para as referências devem ser informadas quando necessário;
- >> A identificação de autoria deve ser informada no manuscrito e a equipe editorial garantirá o sigilo da avaliação cega pelos pares, ao retirar as informações antes de encaminhar aos avaliadores;
- >> Cada artigo poderá ter no máximo três autores; Um autor não poderá ter mais de um artigo em processo de avaliação;
- >> Os artigos devem conter entre 30 e 50 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências;
- >> Os autores devem indicar três leituras ampliadas ao final dos artigos, com sugestões de aprofundamento para os leitores sobre o tema abordado.

Padrão de formatação do artigo

- >> Espaçamento entre linhas de 1,5;
- >> Fonte no tamanho 12 e Times New Roman;
- >> Itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL);
- >> A4, retrato;
- >> Margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm. As citações textuais diretas devem estar com recuo de 4cm, espaçamento simples e tamanho 10;

- >> As figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos;
- >> Texto justificado, exceto as referências, que são alinhadas à margem esquerda, com espaçamento simples e um espaço simples entre elas;
- >> As tabelas, gráficos, fotografias e demais ilustrações deverão ser enviadas em alta qualidade e em formato editável. Devem ser numeradas, consecutivamente, na ordem incluída no texto e encabeçadas pelo título, e conter legendas sobre sua fonte/origem e outras informações necessárias para interpretação dela;
- >> Notas de rodapé, quando existirem, devem ser breves e numeradas sequencialmente.
- >> A lista de referências deve obedecer às normas da ABNT;
- >> Para a lista de referências, seguem alguns exemplos:

Livro

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

ou

SOBRENOME, Nome Abreviado; SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

Artigo online

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do site, ano. Disponível em: (link). Acesso em: (data).

Artigo de revista

SOBRENOME, nome abreviado. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.

Tese

SOBRENOME, nome. Título: subtítulo. Ano de apresentação. Número de folhas ou volumes. (Categoria e área de concentração) – Instituição, Local, ano da defesa.

Matéria de jornal

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do jornal, cidade de publicação, dia, mês e ano. Seção (se houver). Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Artigo/matéria de site

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do site, ano. Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Homepage

AUTOR OU ORGANIZAÇÃO. Nome do site, ano. Ementa (descrição). Disponível em: <endereço completo>. Acesso em: dia, mês e ano.

Declaração de Direito Autoral

- >> A publicação se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores;
- >> As provas finais não serão enviadas aos autores;
- >> Os originais não serão devolvidos aos autores;
- >> Os autores mantêm os direitos totais sobre seus trabalhos publicados na Revista GIZ, ficando sua reimpressão total ou parcial, depósito ou republicação sujeita à indicação de primeira publicação na revista, por meio da licença CC BY-NC-SA 4.0;
- >> Deve ser consignada a fonte de publicação original;
- >> As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade;
- >> Cada autor receberá cinco exemplares da revista, caso esteja disponível no formato impresso.

Política de Privacidade

A GIZ segue as normas da LGPD. Os nomes e endereços informados nesta Revista são usados exclusivamente para os serviços prestados por essa publicação e o SinproSP na sua produção e divulgação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.



REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

ESTE É O SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO



CONHEÇA A NOSSA
HISTÓRIA E ACOMPANHE
AS NOSSAS LUTAS



(11) 5080-5988



@sinprosp

Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino, São Paulo, SP - CEP 04038-000

SINPROSP **85** ANOS